ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RONDÔNIA
A amiga do rondoniense

Assembleia Legislativa
Folha 01
Estado de Rondônia

LIDO NA SESSÃO DO DIA
30 JUN 2026
SECRETÁRIO

PROTOCOLO	Estado de Rondônia Assembleia Legislativa 30 JUN 2026 Protocolo: 1.592/26	PROJETO DE LEI	Nº 1.482/26

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Dispõe sobre a consolidação das normas vigentes no estado de Rondônia que versam sobre os direitos das pessoas com deficiência.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, decreta:

Art. 1° Esta Lei tem por objetivo consolidar, de acordo com a Lei Complementar n° 236, de 20 de dezembro de 2000, as leis que dispõem sobre os direitos das pessoas com deficiência no âmbito do estado de Rondônia.

Art. 2° Encontram-se consolidados dispositivos das seguintes leis e suas alterações posteriores:

I - Lei n° 5.763, de 19 de abril de 2024;

II – Lei n° 5.754, de 15 de abril de 2024;

III – Lei n° 5.599, de 25 de agosto de 2023;

IV – Lei n° 5.578, de 25 de julho de 2023;

V - Lei n° 5.563, de 22 de junho de 2023;

VI – Lei n° 5.542, de 31 de março de 2023;

VII – Lei n° 5.541, 31 de março de 2023;

VIII – Lei n° 5.506, de 21 de dezembro de 2022;

IX – Lei n° 5.434, 26 de setembro de 2022;

Assembleia Legislativa
02
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

X – Lei n° 5.430, de 26 de setembro de 2022;

XI – Lei n° 5.441, de 17 de outubro de 2022;

XII – Lei n° 5.344, de 12 de maio de 2022;

XIII – Lei n° 5.329, de 4 de abril de 2022;

XIV – Lei n° 5.315, de 21 de março de 2022;

XVI - Lei n° 5.298, de 12 de janeiro de 2022;

XVII – Lei n° 5.296, de 12 de janeiro de 2022;

XVIII – Lei n° 5.263, de 11 de janeiro de 2022;

XIX – Lei n° 5.258, de 11 de janeiro de 2022;

XX – Lei n° 5.140, de 8 de novembro de 2021;

XXI – Lei n° 5077, de 29 de julho de 2021;

XXII – Lei n° 5.049, de 7 de julho de 2021;

XXIII – Lei n° 5.038, de 30 de junho de 2021;

XXIV – Lei n° 5.037, de 30 de junho de 2021;

XXV – Lei n° 5.032, de 24 de junho de 2021;

XXVI – Lei n° 4.991, de 20 de maio de 2021;

Assembleia Legislativa
03
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

XXVII – Lei n° 4.947, de 11 de janeiro de 2021;

XXVIII – Lei n° 4.944, de 11 de janeiro de 2021;

XXIX – Lei n° 4.941, de 11 de janeiro de 2021;

XXX – Lei n° 4.909, de 8 de dezembro de 2020;

XXXI - Lei n° 4.907, de 8 de dezembro de 2020;

XXXII – Lei n° 4.768, de 20 de maio de 2020;

XXXIII – Lei n° 4.765, de 20 de maio de 2020;

XXXIV – Lei n° 4.607, de 8 de outubro de 2019;

XXXV – Lei n° 4.603, de 27 de setembro de 2019;

XXXVI – Lei n° 4.442, 19 de dezembro de 2018;

XXXVII – Lei n° 4.423, de 6 de dezembro de 2018;

XXXVIII – Lei n° 4.400, de 19 de outubro de 2018;

XXIX – Lei n° 4.393, de 3 de outubro de 2018;

XL – Lei n° 4.338, de 27 de julho de 2018;

XLI – Lei n° 4.184, de 21 de novembro de 2017;

XLII – Lei n° 4.180, de 13 de novembro de 2017;

Assembleia Legislativa
Folha 04
Estado de Rondônia C

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

XLIII – Lei n° 4.011, de 28 de março de 2017;

XLIV – Lei n° 3.992, 13 de março de 2017;

XLV – Lei n° 3.950, de 19 de dezembro de 2016;

XLVI – Lei n° 3.599, de 23 julho de 2015;

XLVII – Lei n° 3.597, de 22 julho de 2015;

XLVIII – Lei n° 3.573, de 23 de junho de 2015;

XLIX – Lei n° 2.931, 19 de dezembro de 2012;

L - Lei n° 2.847, de 5 de setembro de 2012;

LI – Lei n° 2.639, de 28 de novembro de 2011;

LII – Lei n° 2.587, de 27 de outubro de 2011;

LIII – Lei n° 2.533, de 26 de julho de 2011.

LIV- Lei n° 2.481, de 26 de maio de 2011;

LV – Lei n° 2.196, de 30 de novembro de 2009;

LVI – Lei n° 1.761, de 31 de julho de 2007;

LVII – Lei n° 1.580, 20 de janeiro 2006;

LVIII – Lei n° 1.395, de 16 de setembro de 2004;

Assembleia Legislativa
Folha
05
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

LIX – Lei n° 1.307, 15 de janeiro de 2004;

LX – Lei n° 1.133, de 10 de dezembro de 2002;

LXI – Lei n° 1.127, de 26 de novembro de 2002;

LXII – Lei n° 977, de 4 de junho de 2001;

LXIII – Lei n° 856, de 16 de dezembro de 1999;

LXIX – Lei n° 515, de 04 de outubro de 1993.

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3° Para os efeitos desta Lei compreende-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, possam obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições.

Art. 4° Considera-se pessoa com deficiência:

I - deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma derma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputado ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congénita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva: perda bilateral, unilateral, parcial ou total, de 41 dB (quarenta e um decibéis) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz (quinhentos hertz), 1.000Hz (mil hertz), 2.000Hz (dois mil hertz), e 3.000Hz (três mil hertz), devendo as maternidades e demais

Assembleia Legislativa
06
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

estabelecimentos hospitalares instalados no âmbito do estado de Rondônia, nos quais se realizam procedimentos obstétricos obrigatoriamente dispor de equipamentos necessários e profissionais capacitados à realização de exame destinado a detectar deficiência auditiva, e ainda:

a) submeter as crianças nascidas em suas dependências ao exame de que trata esta Lei, em até cinco dias, contados da respectiva data de nascimento;

b) realizar o exame, preferencialmente, antes da alta hospitalar do recém-nascido;

c) efetuar o exame independentemente da solicitação dos pais ou de outro responsável legal;

d) realizar o exame em crianças de qualquer idade, nascidas ou não no estado de Rondônia, sempre que haja solicitação médica ou de outro profissional da área e solicitação materna, paterna, ou de outro responsável legal, relativamente a crianças ainda não submetidas ao exame.

III - deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 (cinco centésimo) no melhor olho, com a melhor correção óptica; baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 (três décimos) e 0,05 (cinco centésimos) no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60° (sessenta graus); a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores ou ainda a visão monocular;

IV - deficiência intelectual: origina-se antes da idade de 18 (dezoito) anos, sendo caracterizada por limitações significativas, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, que abrangem muitas habilidades sociais cotidianas e práticas;

V - transtorno do espectro autista, caracterizado como:

a) deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social, ausência de reciprocidade social, falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; ou

Assembleia Legislativa
07
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

b) padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou comportamentos sensoriais incomuns, excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados e interesses restritos e fixos; e

VI - deficiência múltipla: associado de duas ou mais deficiências.

VII – a pessoa com doença renal crônica terá o mesmo tratamento e os mesmos direitos garantidos as pessoas com deficiência, em especial nas áreas da saúde, educação, transporte, mercado de trabalho e assistência social, nos termos da legislação vigente e de preenchimento do percentual legal de vagas destinadas às pessoas com deficiências no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Rondônia.

VIII - as pessoas que possuem fibromialgia serão consideradas possuidoras de impedimentos de longo prazo de natureza física que podem obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, assegurando-se a elas os mesmos direitos e garantias das pessoas com deficiência;

IX - ao individuo submetido ao transplante de órgãos vitais, pós-transplantado, que comprovadamente, apresente desvantagem no que se refere à orientação, independência física ou à comorbidade, ou de ordem neuropsíquica que acarrete dificuldade para o exercício de ocupação habitual, para a interação social e para independência econômica, em caráter permanente, ficam assegurados todos os direitos e benefícios destinados às pessoas com deficiências.

Art. 5° É dever do Estado, por meio dos seus órgãos competentes, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos sociais, à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, e de outros que, decorrentes das Constituições Federal e Estadual.

Assembleia Legislativa
Folha 08
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS

Art. 6° Esta Lei será norteada pelos seguintes princípios:

I - desenvolvimento de ações conjuntas do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração das pessoas com deficiência no contexto socioeconômico e cultural;

II - estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, que, decorrentes das Constituições Federal e Estadual, propiciem o seu bem-estar, social e econômico; e

III - o respeito às pessoas com deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade, por reconhecimento dos direitos os quais lhes são assegurados.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art.7° São objetivos fundamentais desta Lei:

I - promover o acesso, ingresso e a permanência da pessoa com deficiência em todos os serviços públicos ou privados oferecidos à comunidade;

II - articular a integração das ações dos órgãos e das entidades públicas e privadas nas áreas de saúde, educação, trabalho, transporte, assistência social, habitação, cultura, desporto, lazer, visando à prevenção das deficiências, à eliminação de suas múltiplas causas e de inclusão social;

III - apoio à formação de recursos humanos, para atendimento da pessoa com deficiência; e

IV - articular com entidades governamentais e não governamentais, em nível federal, estadual e municipal, visando assegurar a efetividade dos programas de prevenção, de atendimento especializado e de inclusão social.

Assembleia Legislativa
09
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES

Art. 8° As diretrizes que regem esta Lei são:

I - estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social das pessoas com deficiência;

II - adotar estratégias de articulação com órgãos públicos e entidades e privados, bem como com organismos nacionais e estrangeiros, para a implantação dos direitos das pessoas com deficiência;

III - incluir a pessoa com deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais e, quando possível, nas iniciativas da sociedade civil relacionadas à vida, à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária;

IV - viabilizar a participação da pessoa com deficiência em todas as fases de implementação de políticas relacionadas, por intermédio de suas entidades representativas;

V - ampliar as alternativas de inserção econômica da pessoa com deficiência;

VI - promover medidas visando a criação de emprego que privilegiem atividades econômicas de absorção de mão-de-obra de pessoas com deficiência;

VII - proporcionar à pessoa com deficiência a qualificação profissional e incorporação ao mercado de trabalho; e

VIII - garantir o efetivo atendimento das necessidades da pessoa com deficiência de forma adequada às suas peculiaridades;

Assembleia Legislativa
10
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

CAPÍTULO IV
DOS INSTRUMENTOS

Art. 9° São instrumentos desta Lei:

I - a articulação entre entidades governamentais e não governamentais encarregados das responsabilidades quanto ao atendimento da pessoa com deficiência, em níveis federal, estadual e municipal;

II - o incentivo ao desenvolvimento profissional contínuo e a capacitação de profissionais para atenderem de forma eficaz e adequada as pessoas com deficiência;

III - a aplicação da legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho em favor da pessoa com deficiência, nos órgãos públicos e empresas privadas; e

IV - a fiscalização do cumprimento da legislação pertinente à pessoa com deficiência.

TÍTULO II
DOS DIREITOS
CAPÍTULO I
DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE

Art. 10. O direito à vida e à saúde das pessoas com deficiência será assegurado mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam sua existência saudável e digna.

Art. 11. Os órgãos da Administração Pública estadual direta e indireta responsáveis pela saúde devem dispensar às pessoas com deficiência tratamento prioritário e adequado, viabilizando, sem prejuízos de outras, as medidas a seguir:

I - a promoção de ações preventivas, como as referentes ao planejamento familiar, ao aconselhamento genético, ao acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, à nutrição da mulher e da criança, à identificação e ao controle da gestante e do feto de alto risco, a outras doenças

Assembleia Legislativa
11
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

crônico-degenerativas ou potencialmente incapacitantes;

II - a criação e estruturação de rede de serviços regionalizados, descentralizados e hierarquizados em crescentes níveis de complexidade, voltada ao atendimento à saúde e à reabilitação da pessoa com deficiência, articulada com os serviços sociais, educacionais e com o trabalho;

III - a garantia de acesso da pessoa com deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados e de seu adequado tratamento conforme normas técnicas e padrões de conduta apropriados, inclusive garantir à pessoa com deficiência auditiva gestante que assim solicitar o direito a um intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, para acompanhar a consulta pré-natal e o trabalho de parto;

IV - a garantia de atendimento domiciliar de saúde à pessoa com deficiência, quando indicado;

V - o desenvolvimento de programas de saúde voltados à pessoa com deficiência, desenvolvidos com a participação da sociedade e que lhe ensejem a inclusão social; e

VI - o papel estratégico da atuação dos agentes comunitários de saúde e das equipes de saúde da família na disseminação das práticas e estratégias de reabilitação baseada na comunidade.

Art. 12. Para os efeitos desta Lei, compreende-se por prevenção as ações e medidas orientadas para evitar as causas e a progressão das deficiências.

Art.13. A deficiência deve ser diagnosticada e caracterizada por equipe multiprofissional de saúde, para fins de concessão de benefícios e serviços.

Art. 14. As ações de promoção da qualidade de vida da pessoa com deficiência devem também assegurar a igualdade de oportunidades no campo da saúde.

Art. 15. A pessoa com deficiência é beneficiária do processo de reabilitação, qualquer que seja sua natureza, agente causal ou grau de severidade.

Assembleia Legislativa
Estado de Rondônia
12
Folha
C

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Parágrafo único. Considera-se reabilitação o processo de duração limitada e com objetivo definido, destinado a permitir que a pessoa com deficiência alcance o nível físico, mental ou social, satisfatório, proporcionando-lhe meio de modificar sua própria vida.

Art. 16. Toda pessoa que apresente redução funcional devidamente diagnosticada terá direito a se beneficiar dos processos de reabilitação necessários a corrigir ou modificar seu estado físico, mental ou social funcional satisfatório, quando este constitua obstáculo para sua integração educativa, laboral e social.

Art. 17. Incluem-se na assistência integral à saúde e reabilitação da pessoa com deficiência a concessão de órteses, próteses, bolsas coletoras e materiais auxiliares, dado que tais equipamentos complementam o atendimento, aumentando as possibilidades de independência e inclusão da pessoa com deficiência.

Art. 18. Constituem ajudas técnicas, os elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa com deficiência, com o propósito de permitir a superação de barreiras de comunicação, assim como da mobilidade e que possibilitem sua plena inclusão social.

Art. 19. São ajudas técnicas:

I - próteses auditivas, visuais e físicas;

II - órteses que favoreçam a adequação funcional;

III - equipamentos e elementos necessários à terapia e à reabilitação da pessoa com deficiência;

IV - equipamentos, maquinarias e utensílios de trabalho especialmente desenhados ou adaptados para uso por pessoa com deficiência;

V - elementos de mobilidade, cuidado e higiene pessoais necessários para facilitar a autonomia e a segurança da pessoa com deficiência;

Assembleia Legislativa
Folha 13
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

VI - equipamentos e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência;

VII - adaptações ambientais, arquitetônicas e outras que garantam o acesso, a melhoria funcional e a autonomia pessoal; e

VIII - bolsas coletoras para pessoas ostomizadas.

Art. 20. É considerado parte integrante do processo de reabilitação o provimento de medicamentos que favoreçam a estabilidade clínica, funcional da pessoa com deficiência e auxiliem na limitação da incapacidade, na reeducação funcional, bem como no controle das lesões que geram incapacidades.

Art. 21. O tratamento e a orientação psicológica deverão ser prestados durante as distantes fases do processo reabilitador, destinados a contribuir para que a pessoa com deficiência atinja o mais pleno desenvolvimento de sua personalidade.

Parágrafo único. O tratamento e o apoio psicológico devem ser simultâneos aos tratamentos funcionais e, em todos os casos, serão concedidos desde a comprovação da deficiência ou do início de um processo patológico que possa originá-la.

Art. 22. Durante a reabilitação da pessoa com deficiência, será propiciada, se necessária, assistência em saúde mental com a finalidade de permitir que a pessoa submetida a esta prestação desenvolva o máximo de suas capacidades.

Art. 23. Será fomentada a realização de estudos epidemiológicos e clínicos, com periodicidade e abrangência adequadas, de modo a produzir informações sobre a ocorrência de deficiências e incapacidades.

Art. 24. Em caso de internação hospitalar, se necessário, a pessoa com deficiência terá o direito a acompanhante.

Assembleia Legislativa
14
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 25. Os cursos de formação de nível técnico ou superior na área de saúde deverão, no âmbito do estado de Rondônia, dispor obrigatoriamente de disciplinas destinadas ao atendimento à pessoa com deficiência.

Parágrafo único. Os profissionais das áreas que atuarem em estabelecimentos de atendimento ambulatorial ou hospitalar deverão ser submetidos a treinamento, para o atendimento das pessoas com deficiência.

Art. 26. Deverão ser criados, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde – SESAU, centros de biologia genética como referencia para a informação e prevenção de deficiências.

CAPÍTULO II
DA EQUIPARAÇÃO DE OPORTUNIDADES

Art. 27. Os órgãos da Administração Pública estadual devem prestar direta ou indiretamente à pessoa com deficiência os seguintes serviços:

I - reabilitação integral, entendida como o desenvolvimento de suas potencialidades, destinada a facilitar suas atividades laborais, educativas e sociais;

II - formação profissional e qualificação para o trabalho;

III - escolarização em estabelecimento regular com a provisão de apoio necessário; e

IV - orientação e promoção individual, familiar e social;

V – atendimento mediante a Língua Brasileiras de Sinais – LIBRAS, nas diversas repartições, tais como unidades de saúde, escolas, postos de arrecadação, delegacias de policia e *shopping* cidadão.

Seção I

Assembleia Legislativa
15
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Da Habilitação e Reabilitação Profissional

Art. 28. A pessoa com deficiência tem direito às prestações de habilitação e reabilitação profissional, para capacitar-se a obter trabalho, conservá-lo e progredir profissionalmente.

Art. 29. Entende-se por habilitação e reabilitação profissional aquelas ações orientadas a possibilitar que a pessoa com deficiência, a partir da identificação de suas potencialidades laborativas, adquira o nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso e reingresso no mercado de trabalho e para a participação na vida comunitária.

Art. 30. Os serviços de habilitação e reabilitação profissional devem estar dotados dos recursos necessários, para atender toda pessoa com deficiência, independentemente da origem da sua deficiência, desde que possa ser preparada para trabalho que lhe seja adequado e tenha perspectiva de obtê-lo, conservá-lo e nele progredir.

Art. 31. A orientação profissional deve ser prestada pelos correspondentes serviços de habilitação e reabilitação profissional, tendo em conta as potencialidades da pessoa com deficiência.

CAPÍTULO III
DO ACESSO AO TRABALHO
Seção I
Das políticas de emprego

Art. 32. São finalidades primordiais das politicas de emprego desenvolvidas pelo Poder Público do estado de Rondônia a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, no setor público ou privado, ou sua incorporação ao sistema produtivo mediante regime especial de trabalho protegido.

Parágrafo único. Nos casos de deficiência grave ou severa, o cumprimento do disposto no caput poderá ser efetivado mediante a contratação das cooperativas sociais de que trata a Lei Federal n° 9.867, de 10 de novembro de 1999.

Art. 33. São modalidades de inserção laboral às pessoas com deficiência:

Assembleia Legislativa
16
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

I - colocação competitiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que independe da adoção de procedimentos especiais para sua concretização, não sendo excluída a possibilidade de utilização de apoios especiais;

II - colocação seletiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que depende da adoção de procedimentos e apoios especiais para sua concretização; e

III - promoção do trabalho por conta própria: processo de fomento da ação de uma ou mais pessoas, mediante trabalho autônomo, cooperativado ou em regime de economia familiar, com vista à emancipação econômica e pessoal.

IV - as entidades de assistência social, beneficiadas na forma da lei, podem intermediar a modalidade de inserção laboral de que tratam os incisos II e III, nos seguintes casos na:

a) contratação para prestação de serviços, por entidade pública ou privada, da pessoa com deficiência física, mental ou sensorial; e

b) comercialização de bens e serviços decorrentes de programas de habilitação profissional de adolescente e adulto com deficiência física, em oficina protegida de produção ou terapêutica.

V - consideram-se procedimentos especiais os meios utilizados para a contratação de pessoa que, devido ao seu grau de deficiência, transitória ou permanente, exija condições especiais, tais como jornada variável, horário flexível, proporcionalidade de salário, ambiente de trabalho adequado às suas especificidades, entre outros.

VI - apoios especiais à orientação, a supervisão e as ajudas técnicas, entre outros elementos que auxiliem ou permitam compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa com deficiência, de modo a superar as barreiras da mobilidade e da comunicação, possibilitando a plena utilização de suas capacidades em condições de normalidade;

Assembleia Legislativa
17
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

VII - oficina protegida de produção a unidade que funciona em relação de dependência com entidade pública ou beneficente de assistência social, que tem por objetivo desenvolver programa de habilitação profissional para adolescente e adulto com deficiência, provendo-os com trabalho remunerado, com vistas à emancipação econômica e pessoal relativa.

VIII - oficina protegida terapêutica a unidade que funciona em relação de dependência com entidade pública ou beneficente de assistência social, que tem por objetivo a integração social por meio de atividades de adaptação e capacitação para o trabalho de adolescente e adulto que, devido ao seu grau de deficiência, transitória ou permanente, não possa desempenhar atividade laboral no mercado competitivo de trabalho ou em oficina protegida de produção; e

IX - a entidade que utilizar o processo de colocação seletiva deve promover, em parceria com o tomador de serviços, programas de prevenção de doenças profissionais e de redução da capacidade laboral, bem como programas de reabilitação, caso ocorram patologias ou se manifestem outras incapacidades.

X - o período de adaptação e capacitação para o trabalho de adolescente e adulto com deficiência, em oficina protegida terapêutica não caracteriza vínculo empregatício e está condicionado a processo de avaliação individual que considere o desenvolvimento biopsicossocial da pessoa.

Art. 34. A prestação de serviços será feita mediante celebração de convênio ou contrato formal, entre a entidade beneficente de assistência social e o tomador de serviços, no qual constará a relação nominal dos trabalhadores com deficiência colocados à disposição do tomador.

Art. 35. A entidade que se utilizar do processo de colocação seletiva deverá promover, em parceria com o tomador de serviços, programas de prevenção de doenças profissionais e de redução da capacidade laboral, bem assim programas de reabilitação caso ocorram patologias ou se manifestem outras incapacidades.

Art. 36. A empresa com cem ou mais empregados beneficiária dos programas de desenvolvimento econômico implementados pelo Governo do estado de Rondônia fica obrigada a preencher de 2% (dois) a 5 % (cinco) por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoas com deficiências habilitadas, na seguinte proporção:

Assembleia Legislativa
18
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

I - até 200 (duzentos) empregados, 2% (dois por cento);

II - de duzentos 201 (duzentos e um) a 500 (quinhentos) empregados, 3 % (três por cento);

III - de 500 (quinhentos) a 1000 (mil) empregados, 4% (quatro por cento); e

IV - mais de 1000 (mil) empregados, 5 % (cinco por cento).

Art. 37. A dispensa de empregado na condição estabelecida do artigo anterior, quando se tratar de contrato por prazo determinado, superior a 90 (noventa) dias, e a dispensa imotivada, no contrato por prazo indeterminado, somente poderão ocorrer após a contratação de substituto em condições semelhantes.

Art. 38. Considera-se pessoa com deficiência habilitada aquela que concluiu curso de educação profissional de nível básico, técnico ou tecnológico, ou curso superior, com certificação ou diplomação expedida por instituição pública ou privada legalmente credenciada pelo Ministério da Educação ou órgão equivalente, ou aquela com certificado de conclusão de processo de habilitação ou reabilitação profissional fornecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Art. 39. Considera-se, também, pessoa com deficiência habilitada aquela que, não tendo se submetido a processo de habilitação ou reabilitação, esteja capacitada para o exercício da função.

Art. 40. A pessoa com deficiência, habilitada nos termos dos arts. 38 e 39, poderá recorrer à intermediação de órgão integrante do sistema público de emprego, para fins de inclusão laboral na forma desta Lei.

Art. 41. As empresas instaladas ou que vierem a se instalar no estado de Rondônia devem seguir os ditames estabelecidos nesta Lei.

Art. 42. A regulamentação desta Lei definirá qual órgão estabelecerá a sistemática de fiscalização, avaliação e controle das empresas, bem como instituirá procedimentos e formulários que

Assembleia Legislativa
19
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

propiciem estatísticas sobre o número de empregados com deficiência e de vagas preenchidas, para fins de acompanhamento.

Seção II
Dos Concursos Públicos para Provimento de Cargos da Administração Direta e Indireta do estado de Rondônia

Art. 43. Fica assegurado à pessoa com deficiência o direito de se inscrever em concurso público, processos seletivos ou quaisquer outros procedimentos de recrutamento de mão-de-obra, promovido pelos Poderes do estado de Rondônia, em igualdade de condições com os demais candidatos, para o provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com as características da sua deficiência.

§ 1° Nos concursos públicos para provimento de cargos e empregos da Administração Direta e Indireta do estado de Rondônia, devem ser reservados, no mínimo 10% (dez por cento) das vagas preestabelecidas às pessoas com deficiência, que deverão ser distribuídas obedecendo-se a sua classificação.

§ 2° Caso a aplicação do percentual tratado no § 1° deste artigo resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

Art. 44. Não se aplica o disposto no art. 43 desta Lei nos casos de:

I - cargo em comissão ou função de confiança, de livre nomeação e exoneração; e

II - cargo ou emprego público integrante de carreira que exija aptidão plena do candidato.

Art. 45. Os editais de concursos públicos devem conter:

I - o número de vagas existentes, bem como o total correspondente à reserva destinada à pessoa com deficiência;

II - as atribuições e tarefas essenciais dos cargos;

Assembleia Legislativa
Folha 20
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

III - previsão de adaptação das provas, do curso de formação e do estágio probatório, conforme as características do candidato; e

IV - exigência de apresentação, pelo candidato com deficiência, no ato da inscrição, de laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência.

Art. 46. É vedado à autoridade competente obstar a inscrição de pessoa com deficiência em concurso público para ingresso em carreira da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

§ 1° No ato da inscrição, o candidato com deficiência que necessite de tratamento diferenciado para a realização das provas do concurso deverá requerê-lo, no prazo determinado em edital, indicando as condições diferenciadas de que necessita.

§ 2° O candidato que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo estabelecido no edital do concurso.

Art. 47. A pessoa com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas nesta Lei, participará de concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne:

I - ao conteúdo das provas;

II - à avaliação e aos critérios de aprovação;

III - ao horário e local de aplicação das provas; e

IV - à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

Assembleia Legislativa
Folha 21
Estado Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 48. No ato da inscrição, que será realizada em formulários próprios para cada tipo de deficiência, o candidato deve declarar sua condição de pessoa com deficiência, a fim de que os casos sejam analisados pela Comissão de Seleção.

Art. 49. A publicação do resultado final do concurso será realizada em duas listas, contendo a primeira a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda somente a pontuação destas últimas.

Parágrafo único. A nomeação dos candidatos com deficiência aprovados far-se-á concomitantemente com a dos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação das listas de que trata o **caput** deste artigo.

Art. 50. A análise dos aspectos relativos ao potencial de trabalho do candidato com deficiência obedecerá ao disposto no artigo 20 da Lei Federal n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Parágrafo único. Os programas de formação e qualificação profissional para pessoas com deficiência terão como objetivos:

I - criar condições que garanta a toda pessoa com deficiência o direito a receber uma formação profissional adequada;

II - organizar os meios de formação necessários para qualificar a pessoa com deficiência para a inserção competitiva no mercado de trabalho; e

III - ampliar a formação e qualificação sob a base de educação geral para fomentar o desenvolvimento harmônico da pessoa com deficiência, assim como para satisfazer as exigências derivadas do progresso técnico, dos novos métodos de produção e da evolução social e econômica.

Art. 51. Compete ao órgão público receptor de servidor com deficiência, nomeado em virtude de concurso público, promover o seu treinamento e adaptação à função e ao local de trabalho, considerando as suas limitações físicas.

Assembleia Legislativa
Estado de Rondônia
Folha
22
C

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 52. As vagas reservadas às pessoas com deficiência, caso não preenchidas, reverterão, nas condições normais, aos demais candidatos aprovados, conforme a ordem de classificação.

Art. 53. O tipo de deficiência, em razão da qual forem obtidos os benefícios desta Seção, não enseja ao servidor direito à aposentadoria por invalidez permanente.

Seção III
Das Condições Especiais para Realização de Provas de Concursos Públicos às Pessoas com Deficiência Visual

Art. 54. Fica assegurada aos candidatos com deficiência visual a adequação de condições especiais para realização de provas de concursos públicos, destinados ao pro\cimento de cargos e empregos públicos dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do estado de Rondônia, bem como para o preenchimento de quaisquer vagas oferecidas por meio de processo seletivo congênere de acesso ao serviço público estadual.

Art. 55. Fica assegurado às pessoas com deficiência visual o direito de acesso gratuito ao conteúdo programático das provas, quando da realização de concurso público estadual.

Parágrafo único. O disposto no **caput** estende-se aos concursos públicos de toda natureza, abrangendo a Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Estado.

Art. 56. Considera-se deficiência visual a caracterizada no inciso III do art. 4° desta Lei.

Art. 57. No ato da inscrição no concurso público ou processo seletivo, o candidato com deficiência visual deve apresentar laudo médico atestando a espécie, grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da CID.

Parágrafo único. O Laudo Oftalmológico apresentado pelo candidato com deficiência visual somente será válido se expedido há menos de 2 (dois) anos da publicação do edital do concurso público.

Assembleia Legislativa
Folha 23
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 58. Independentemente de requerimento, será assegurado aos candidatos com deficiência visual tempo adicional de 1 (uma) hora para a realização das provas dos concursos públicos ou processos seletivos.

Art. 59. É assegurado aos candidatos com deficiência visual beneficiários desta Lei, independentemente de requerimento, o direito de realizarem as provas em salas reservadas e em separado dos demais candidatos, vedada a utilização, para este fim, de corredores, pátios ou quaisquer outras áreas de circulação coletiva.

Art. 60. Os editais dos certames de que trata esta Seção devem prever, de maneira expressa, a adequação das condições de realização das provas aos candidatos com deficiência visual.

Art. 61. Os órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta e Indireta do estado de Rondônia devem exigir das empresas contratadas para a organização dos concursos públicos ou processos seletivos, no edital de licitação, a satisfação das condições de que trata esta Seção, para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, cuja providência é condição para o início da execução da respectiva prestação e entrega do objeto da licitação.

Art. 62. O Poder Executivo disciplinará o disposto nesta Seção, sendo assegurada a participação de instituições representativas dos interesses das pessoas com deficiência visual na sua discussão.

Parágrafo único. Independentemente da regulamentação de que trata este artigo, os concursos públicos ou processos seletivos abertos regulam-se pelas disposições nela contidas, obrigando-se o órgão ou entidade organizadora a criar condições para sua efetivação.

Art. 63. É assegurado aos beneficiários desta Lei o mesmo valor de inscrição previsto para os demais candidatos, quando aqueles não fizerem jus à gratuidade na inscrição do procedimento seletivo.

Art. 64. As provas, independentemente do formato escolhido pelo candidato com deficiência visual, deverão ser adaptadas às normas técnicas de acessibilidade estipuladas pelo MEC.

Assembleia Legislativa
Estado de Rondônia
24
Folha
C

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Seção IV
Das Modalidades de Adequação das Condições para Realização de Provas da Pessoa com Deficiência Visual

Art. 65. O candidato com deficiência visual, em razão da necessária igualdade de condições com os demais candidatos, fará jus às condições especiais, de que trata o art. 54 desta Lei, durante a realização das provas, optando por realizá-las por um dos seguintes meios:

I - sistema Braile;

II - auxílio de ledor;

III - computador; e

IV - sistema convencional de escrita com caracteres ampliados.

§ 1°As condições especiais previstas neste artigo não impedem que candidato com deficiência visual solicite outros meios que melhor atendam as suas necessidades, considerando-se a viabilidade e razoabilidade da solicitação.

§ 2° O candidato com deficiência visual poderá escolher mais de uma opção de condição especial, devendo comprovar esta necessidade para realização da prova.

Art. 66. O conteúdo programático das provas será disponibilizado em Braile ou Livro Digital Acessível (LIDA), de acordo com a opção do candidato.

Art. 67. O formulário de inscrição no concurso público ou processo seletivo disponibilizará ao candidato com deficiência visual as opções previstas nos arts. 65 e 66, as quais deverão ser definidas no ato de inscrição.

Parágrafo único. Aquele que deixar de efetuar a opção referida nos arts. 65 e 66 e no **caput** deste artigo realizará a prova com auxílio de ledor.

Assembleia Legislativa
25
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Subseção I
Do Ledor

Art. 68. Ledor é a pessoa indicada pela comissão do concurso público ou processo seletivo para, durante a realização das provas, proceder à leitura oral da prova para o candidato com deficiência visual, bem como preencher o cartão-resposta nas provas objetivas, ou a folha de respostas nas provas discursivas, reproduzindo fielmente as afirmações do interessado e preencher inserções em atas, quando necessário.

Parágrafo único. A prova realizada com auxílio de ledor será gravada em equipamento de áudio, fornecido pela comissão do concurso público ou processo seletivo, e seu conteúdo será preservado durante a validade do certame e em sua prorrogação, podendo o candidato com deficiência visual requerer sua de gravação no caso de divergência entre as respostas e a marcação ou transcrição do ledor.

Art. 69. Ao optar por prova elaborada no sistema Braile, o candidato com deficiência visual disporá de ledor parcial, oferecido pela organização, para o preenchimento do cartão-resposta, cabendo ao candidato ditar as respostas.

Art. 70. A escolha do ledor será feita pela comissão do concurso com auxílio de instituição especializada na educação de pessoas com deficiência visual ou que seja ligada à defesa dos interesses desse segmento, devendo, caso seja de iniciativa privada, estar legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 03 (três) anos.

Art. 71. A escolha de que trata o caput do art. 70 desta Lei buscará na pessoa do ledor, entre outros, os seguintes atributos:

I - boa dicção e entonação; e

II - leitura inteligível do conteúdo da prova.

Assembleia Legislativa
26
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 72. Poderá atuar como ledor a pessoa que satisfaça aos atributos definidos no art. 71 desta Lei, recaindo a escolha preferencialmente sobre:

I - os servidores públicos estaduais que tenham diploma universitário; e

II - os universitários, servidores ou não.

Parágrafo único. O universitário que atuar como ledor computará o tempo de leitura em dobro para efeito de estágio profissional curricular junto aos conselhos profissionais;

Art. 73. Não poderá atuar como ledor de candidato com deficiência visual beneficiário desta Lei:

I - seu cônjuge, companheiro ou companheira; e

II - o parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, ate o quarto grau.

Subseção II
Do Uso de Computador

Art. 74. É assegurado aos candidatos com deficiência visual o direito de optar por realizar a respectiva prova utilizando computador equipado com programa que execute a função de leitor ou ampliador de tela escolhido no ato da inscrição.

§ 1° A indicação do programa referido no **caput** deste artigo deverá constar de requerimento apresentado pelo candidato com deficiência visual no momento da inscrição, devendo o interessado mencionar o nome do s*oftware*.

§ 2° O candidato com deficiência visual que optar por realizar a prova utilizando como meio o computador receberá, no dia do certame, o caderno com as respectivas questões digitalizado, com plena correspondência ao oferecido aos demais candidatos, em arquivo de texto, preferencialmente, no formato *Rich Text Format* (.rtf) e documento (.doc).

Assembleia Legislativa
27
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

§ 3° Quando o candidato com deficiência visual optar por utilizar o computador, é indispensável, no local de realização da prova, a presença de um técnico especialista na área de informática, para auxiliar na eventualidade de problemas técnicos.

Art.75. O candidato com deficiência visual que optar por realizar a prova utilizando computador deverá fazê-lo com equipamento fornecido pela comissão do concurso, sendo proibido o uso de qualquer outro.

§ 1° O candidato com deficiência visual poderá chegar com até 02 (duas) horas de antecedência para testar o equipamento a ser utilizado durante a realização da prova.

§ 2° A tela do computador deverá permanecer ligada durante todo o período de realização da prova.

Art. 76. Nas provas objetivas, o candidato com deficiência visual que utilizar computador disporá de ledor parcial disponibilizado pela comissão, que se limitará a transpor as marcações para o cartão-resposta e preservará sigilo total.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata este artigo, será preservado, em meio digital, o conteúdo produzido pelo candidato com deficiência visual, durante a validade do concurso e em sua prorrogação, para eventual confronto entre a produção e a reprodução das respostas.

Art. 77. Nas provas discursivas, a fim de garantir igualdade de competitividade entre os candidatos com deficiência visual e os demais concorrentes, serão adotadas as seguintes medidas:

I - desabilitação de corretores ortográficos automáticos, na eventualidade de o aplicativo utilizado ser dotado dessa função;

II - previsão expressa do limite de linhas para as respostas das questões, equivalente ao concedido aos demais participantes do certame;

Assembleia Legislativa
28
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

III - possibilidade de consulta, a partir do computador, às fontes permitidas aos demais candidatos, ficando a cargo do candidato com deficiência visual à produção do seu material, o qual estará sujeito à mesma fiscalização imposta aos demais participantes do certame; e

IV - reprodução fiel do conteúdo produzido pelo candidato com deficiência visual na transcrição das respostas para a folha de respostas disponibilizada para os demais candidatos.

V - na hipótese de que trata o inciso III deste artigo, o conteúdo produzido pelo candidato com deficiência visual será preservado em meio digital durante a validade do concurso e em sua prorrogação, para eventual confronto entre a produção e a reprodução das respostas.

Subseção III
Das Provas Ampliadas

Art. 78. No ato da inscrição, o candidato com deficiência visual requererá o caderno de provas com o texto das questões ampliado, especificando o tipo de fonte e o tamanho, conforme sua necessidade, de modo a lhe facilitar a leitura.

Parágrafo único. O candidato com deficiência visual fará jus ao cartão-resposta ampliado, a fim de que, com autonomia, possa proceder às marcações, cabendo à organização do certame a transcrição para o modelo utilizado pelos demais candidatos.

CAPÍTULO IV
DAS LIBRAS

Art. 79. Ficam reconhecidos oficialmente, no estado de Rondônia, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados como meio de comunicação objetiva e de uso corrente.

Parágrafo único. Define-se como LIBRAS o meio de comunicação de natureza motora e de espaço visual, com estrutura gramatical própria, oriunda de comunidades de pessoas surdas, sendo a forma de expressão do surdo e sua língua natural.

Assembleia Legislativa
29
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 80. As mensagens da publicidade de atos, programas, serviços e campanhas da Administração Direta e Indireta do estado de Rondônia veiculadas na televisão e em outros, devem ter tradução simultânea para LIBRAS e ser apresentadas em legendas para as pessoas com deficiência auditiva.

Art. 81. Fica instituído o "Dia dos Surdos no Estado de Rondônia", a ser comemorado anualmente, no dia 26 de setembro.

§ 1° A data de que trata o caput deste artigo passa a fazer parte do Calendário Oficial de Eventos do Estado.

§ 2° O Poder Público poderá promover, conjuntamente com entidades representativas dos surdos sediadas no Estado de Rondônia, atividades alusivas à data.

§ 3° O Dia dos Surdos no Estado de Rondônia, 26 de setembro, passa a ser considerado ponto facultativo.

CAPÍTULO V
DO ACESSO À EDUCAÇÃO

Art. 82. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Direta e Indireta responsáveis pela educação dispensarão tratamento prioritário e a adequado aos assuntos objetos desta Lei, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - assegurar ao aluno com deficiência ou com mobilidade reduzida permanente, prioridade na matrícula no estabelecimento da rede de ensino mais próximo de sua residência, incluindo-se as creches públicas, observando obrigatoriamente:

a) a comprovação da deficiência por atestado pertinente e da proximidade entre a sua residência e a unidade escolar ou creche;

b) havendo dois estabelecimentos de ensino ou creche considerados próximos, poderá o aluno optar por qualquer instituição;

Assembleia Legislativa
30
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

c) nos estabelecimentos de ensino cujo ingresso dependa de teste seletivo, o aluno com deficiência ficará isento da realização.

II - matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos ou particulares para pessoas com deficiência capaz de integrar a rede regular de ensino;

III - a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino;

IV - a inserção, no sistema educacional, das escolas ou intuições especializadas públicas e privadas;

V - a oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino, incluindo as creches estaduais, com a destinação de 15% (quinze por cento) de suas vagas existentes;

VI - o oferecimento obrigatório dos serviços de educação especial ao aluno com deficiência, em unidades hospitalares e congêneres nas quais esteja internado por prazo igual ou superior a 01 (um) ano;

VII - o acesso de aluno com deficiência aos benefícios conferidos aos demais alunos, inclusive material escolar, transporte, merenda escolar e bolsas de estudo;

Seção I
Da Educação Inclusiva

Art. 83. Entende-se por educação inclusiva, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente na rede regular de ensino para educando com deficiência.

Art. 84. A educação especial caracteriza-se por constituir processo flexível, dinâmico e individualizado, oferecido principalmente nos níveis de ensino considerados obrigatórios.

Assembleia Legislativa
31
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 85. A educação do aluno com deficiência deve se iniciar na pré-escola, a partir dos primeiros meses de vida.

§ 1° É garantida a matrícula de qualquer discente, independente de sua deficiência, ofertando-lhe ensino regular em igualdade de condições aos demais alunos da escola;

§ 2° O ato de matrícula do aluno com deficiência não será condicionado à apresentação de laudo médico, exceto para fins de atendimento multidisciplinar;

§ 3° Fica proibida a cobrança de taxas de reserva ou sobretaxa ou a cobrança de quaisquer valores adicionais para matrícula, renovação de matrícula ou mensalidade de estudantes com síndrome de *down*, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras deficiências, com vistas a garantir o ingresso do estudante em instituição de ensino.

§ 4° As instituições de ensino devem estar preparadas para receber o aluno com deficiência, dispondo de corpo docente qualificado para tal, a fim de atender todas as necessidades desse aluno, sem que isso implique gastos extras.

§ 5° O descumprimento do preceituado nesta Lei sujeitará a instituição infratora ao pagamento de multa no valor equivalente a 60 (sessenta) Unidades Padrão Fiscal do Estado de Rondônia UPF/RO por aluno com deficiência.

§ 6° O valor estabelecido no § 5° será revertido para o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

§ 7° A recusa de matrícula de aluno com deficiência só ocorrerá quando não houver mais vagas disponíveis na escola, conforme as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação;

§ 8° Não haverá limitação no número de alunos com deficiência por sala de aula;

Assembleia Legislativa
Estado de Rondônia
32
Folha
C

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 86. A educação especial contará com equipe interdisciplinar, com a adequada especialização, para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

§ 1° O AEE será ofertado criando plano de atendimento ao aluno com deficiência, sem prejuízo no ensino regular, como atividade complementar;

§ 2° Os Planos de Atendimento Individual Especializado serão elaborados conforme as diretrizes do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Art. 87. Quando da construção e reforma de estabelecimentos de ensino deve ser observado o atendimento às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relativas à acessibilidade, eliminando todas as barreiras arquitetônicas, instalações e mobiliário adequado.

Art. 88. Os serviços de educação especial serão ofertados nas instituições públicas de ensino ou privadas do sistema de educação geral, mediante programas de apoio para o aluno que esteja incluído no sistema regular de ensino;

§ 1° O processo educativo deverá dar-se exclusivamente em escolas especializadas quando a educação em escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem-estar do educando;

§ 2° As escolas deverão contar com profissionais de apoio escolar, cuidadores e professores mediadores para o aluno, conforme a necessidade pedagógica identificada nos planos de atendimento educacional;

§ 3° Serão promovidas atividades e ações voltadas ao corpo docente e à comunidade escolar que visem a criação de uma cultura de igualdade e inclusão.

Art. 89. As instituições de ensino superior devem oferecer adaptação de provas e o apoio necessário, previamente solicitado pelo aluno com deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.

Assembleia Legislativa
33
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

§ 1° As disposições estabelecidas no **caput** aplicam-se, também, ao sistema geral do processo seletivo para o ingresso em cursos universitários de ensino superior, conforme legislação vigente.

§ 2° O órgão de Estado competente de educação, no âmbito de suas atribuições, em conformidade com as diretrizes tratadas pelo Ministério da Educação – MEC expedirá instruções para os programas de educação superior que incluam, nos seus currículos, conteúdos, itens ou disciplinas relacionadas à pessoa com deficiência.

Art. 90. O aluno com deficiência, matriculado ou egresso do ensino fundamental ou médio, de instituições públicas ou privadas, terá acesso à educação profissionalizante, a fim de obter habilitação profissional que lhe proporcione oportunidade de acesso ao mercado de trabalho.

§ 1° A educação profissional para a pessoa com deficiência deverá ser oferecida nos níveis básico, médio, técnico e tecnológico, em escola regular, em instituições especializadas e nos ambientes de trabalho.

§ 2° As instituições públicas e privadas que ministram educação profissional deverão obrigatoriamente oferecer cursos profissionalizantes de nível básico à pessoa com deficiência, condicionando a matrícula à sua capacidade de aproveitamento, e não a seu nível de escolaridade.

§ 3° Entende-se por habilitação profissional o processo destinado a propiciar à pessoa com deficiência, em nível formal e sistematizado, a aquisição de conhecimentos e habilidades especificamente associados à determinada profissão ocupada.

§ 4° Os diplomas e certificados de cursos de educação profissional expedidos por instituições credenciadas pelo Ministério da Educação ou órgão equivalente terão validade em todo território estadual.

Art. 91. As instituições públicas e privadas de ensino fundamental, médio e de ensino superior, em atuação no Estado de Rondônia, obrigadas a emitirem, a pedido do aluno ou seu responsável legal,

Assembleia Legislativa
34
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

uma via do Diploma de Conclusão de Curso confeccionado em Braile, mediante a identificação tátil de suas informações, para atender ao aluno portador de deficiência visual.

§ 1° O diploma em braile deve seguir o mesmo prazo de expedição e registro do diploma regular e conter os mesmos dados obrigatórios previstos na legislação aplicável.

§ 2° A expedição da via do diploma em braile não desobriga as instituições de ensino previstas no caput deste artigo da expedição do diploma em impressão comum.

§ 3° Fica vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza para a expedição da via em braile do diploma.

Art. 92. O descumprimento às disposições previstas na presente Lei acarretará à instituição de ensino infratora multa de 22 (vinte e duas) UPF/RO, aplicada em dobro em caso de reincidência.

Art. 93. O órgão de estadual de defesa do consumidor fica autorizado a realizar a fiscalização o cumprimento do artigo 91 desta Lei, bem como fica autorizado a aplicar a multa prevista no art. 92 desta Lei, em caso de descumprimento legal.

Art. 94. Os valores arrecadados com as aplicações da multa prevista nesta Lei serão revertidos ao Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS.

Art. 95. O descumprimento dos dispositivos desta Lei pelas instituições públicas de ensino não exime a responsabilização administrativa de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável, por meio de instauração de processo administrativo.

Art. 96. As escolas e instituições de educação profissional devem oferecer se necessário, serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da pessoa com deficiência, tais como:

I - adaptação dos recursos instrucionais: material pedagógico, equipamento e currículo;

II - capacitação dos recursos humanos: professores, instrutores e profissionais especializados;

Assembleia Legislativa
35
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

III - adequação dos recursos físicos: eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais e de comunicação.

Art. 97. O Regimento Interno Escolar estabelecerá medidas disciplinares em casos de discriminação, com comunicação à Polícia Judiciária quando aplicável.

Seção II
Da criação de programas

Art. 98. Serão criados programas:

I - de incentivo familiar, de natureza pecuniária, destinados a assegurar a matricula e frequência regular do aluno com deficiência;

II - destinados ao desenvolvimento, divulgação de pesquisas e desenvolvimento de métodos de educação especial;

III - de formação específica dos profissionais da educação para a linguagem de sinais; e

IV - capacitação de familiares e pessoas que convivam com pessoas com deficiência, para a utilização de linguagem labial e de sinais e de leitura no método braile.

CAPÍTULO VI
DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTO AUTISTA

Art. 99. Fica instituída a Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, por meio do Sistema Estadual Integrado de Atendimento à Pessoa Autista, no âmbito do estado de Rondônia.

§ 1° A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada, para todos os efeitos legais, pessoa com deficiência, conforme o § 2° da Lei Federal n° 12.764, de 27 de dezembro de 2012;

Assembleia Legislativa
36
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

§ 2° Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela com síndrome clínica conforme o disposto no inciso V do art. 4° desta Lei.

Seção I
Das Diretrizes

Art. 100. São diretrizes da Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I - a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas de atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

II - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas às pessoas com transtorno do espectro autista, bem como o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;

III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

IV - a inclusão dos estudantes com transtorno do espectro autista nas classes comuns de ensino regular e a garantia de atendimento educacional especializado gratuito e ensino profissionalizante;

V - o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei federal n° 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VI - a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno do espectro autista e suas implicações;

Assembleia Legislativa
37
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como de pais e responsáveis ou cuidadores; e

VIII - o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características relativas ao transtorno do espectro autista em Rondônia.

Seção II
Dos direitos da pessoa com TEA

Art. 101. As pessoas com transtorno do espectro autista têm assegurados os direitos previstos na Constituição Federal de 1988, em normas infraconstitucionais federais, bem como pactos internacionais os quais Brasil é signatário e o previsto nesta Lei.

Art. 102. A pessoa autista tem direito a atendimento prioritário, em repartições públicas, empresas concessionarias de serviços públicos, intuições financeiras, bancárias e nos estabelecimentos privados comerciais e de serviços.

§ 1° O símbolo mundial do transtorno do espectro autismo deverá obrigatoriamente ser inserido nas placas ou avisos de atendimento prioritário, em todos os estabelecimentos públicos ou privados que exista atendimento prioritário.

§ 2° A sinalização do símbolo mundial do Transtorno do Espectro Autista – TEA deve ser aplicado conforme a norma dos "símbolos internacionais de acesso".

Art. 103. Entende-se por atendimento prioritário a não-obrigatoriedade das pessoas protegidas por Lei aguardar em filas.

Art. 104. O descumprimento sujeitará o infrator às sanções previstas nos artigos 56 a 60 da Lei Federal n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

Art. 105. Para fins de aplicação desta Lei, asseguram-se às pessoas com transtorno do espectro autista o direito:

Assembleia Legislativa
38
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

I - à saúde;

II - à educação;

III - à assistência e previdência social;

IV - ao esporte, lazer e cultura;

V - ao acesso no mercado de trabalho;

VI - ao acesso à habitação e moradia digna;

VII - ao transporte;

Art. 106. O Sistema Estadual Integrado de Atendimento à Pessoa Autista deverá reunir os representantes dos órgãos governamentais da administração direta e indireta, visando integrar as ações governamentais voltadas para as pessoas autistas.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado da Saúde – SESAU integrada com a Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS e Secretaria de estado da Educação - SEDUC, deverão criar um cadastro único das pessoas autistas do estado de Rondônia.

Art. 107. A Semana Estadual de Estudo e Conscientização sobre o Autismo fica incluída no calendário oficial de eventos do estado de Rondônia.

Art. 108. A Semana Estadual de Estado e Conscientização sobre o Autismo no estado de Rondônia será comemorada, anualmente, na primeira semana do mês de abril e terá como finalidade:

I – conscientizar a sociedade acerca das necessidades da pessoa com autismo;

II – incentivar a inclusão social das pessoas com autismo;

Assembleia Legislativa
39
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

III – realizar ações educativas visando incluir os autistas nos sistemas de atendimento ao cidadão, tais como a educação, a saúde, a assistência social, o transporte, o acesso a medicamentos e outros;

IV – promover o encontro de especialistas na área para debater o assunto; e

V – elaborar e distribuir cartilhas didáticas para ficarem à disposição do público em órgãos públicos, apontando os sintomas relacionados e os mitos que envolvem o TEA, objetivando esclarecer o cidadão a respeito.

Art. 109. Na Semana Estadual de Estado e Conscientização sobre o Autismo serão observadas as seguintes diretrizes:

I – facilitar o acesso à informação e à orientação; e

II – realizar debates sobre o autismo com o fim de erradicar o preconceito, o *bullying* e criar meios de inclusão social, compreendendo a divulgação de estudos e experiências nas áreas de saúde, educação e cidadania, bem como estudos acerca da possibilidade de formação profissional das pessoas autistas.

Subseção I
Do Direito à saúde

Art. 110. O acesso às ações e serviços, com vistas à atenção integral às necessidades de saúde são garantidos às pessoas com autismo, incluindo:

I - o diagnóstico precoce, sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde –SESAU, que garantirá a todas as crianças de Rondônia de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade o acesso gratuito aos exames e avaliações, na rede pública de saúde do Estado, através do trabalho de profissionais multidisciplinares;

Assembleia Legislativa
Folha 40
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

II - as avaliações e os exames descritos no inciso anterior deverão ocorrer de forma continuada e periódica, de modo a garantir maior eficácia no diagnóstico dos eventuais pacientes; e

III – o atendimento dos profissionais das áreas de saúde e de educação capacitados para identificar e rastrear sinais de risco de autismo, conforme os mais atuais instrumentos disponíveis e aceitos pela Organização Mundial de Saúde - OMS;

Art. 111. Assim que forem detectados os sintomas que possam caracterizar os Transtornos do Espectro Autista, a SESAU deverá disponibilizar para o paciente, na rede pública de saúde do Estado, o acesso imediato e irrestrito a tratamento multidisciplinar com: médicos, fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, pedagogos, entre outros, de modo a garantir que a criança possa se desenvolver de maneira plena, com saúde e qualidade de vida.

Parágrafo único. O tratamento previsto no **caput** deverá ocorrer em unidade de saúde localizada o mais próximo possível da residência do paciente.

Art. 112. Além do tratamento para as pessoas com autismo, a SESAU, deverá oferecer apoio psicológico e social, quando necessários, às famílias desses pacientes, de modo a minimizar o sofrimento a que possam eventualmente estar sujeitas.

Art. 113. O diagnóstico precoce em crianças menores de 3 (três) anos, consideradas dentro de um grupo de risco para desenvolver transtorno do espectro autista deverá obedecer ao seguinte protocolo:

I - considera-se grupo de risco com maiores probabilidades de desenvolver sintomas de TEA, as crianças de até 03 (três) anos, com os seguintes históricos:

a) crianças com parentes de primeiro grau com diagnóstico de TEA;
b) pais acima de 35 (trinta e cinco) anos de idade (pai/mãe);

Assembleia Legislativa
Estado de Rondônia
41
Folha
C

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

c) filho de mães que enfrentaram infecções de repetição com uso de antibióticos por período maior do que 10 (dez) dias e complicações obstétricas com repercussão clínica ao feto:

d) bebês prematuros;

e) bebês com complicações de parto e pós-parto com repercussão clínica maior do que 48 (quarenta e oito) horas; e

f) filhos de mães que apresentaram alterações metabólicas e imunológicas na gestação.

II - são considerados sinais precoces do grupo de risco para TEA:

a) notável prejuízo ou atípicas no:

1. direcionamento do olhar ou na atenção dividida ou compartilhada;

2. sorriso social ou recíproco;

3. interesses sociais e satisfação compartilhada (sem contar com os contatos físicos como cutucar);

4. orientação ou ouvir o nome ao ser chamado;

5. coordenação de diferentes modos de comunicação (ex: direcionamento de olhar, expressão facial, gestos e vocalização);

b) brincadeiras, claramente;

c) linguagem e cognição notadamente prejudicada/atrasada ou com atípicas;

Assembleia Legislativa
42
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

d) regressão/perda das primeiras palavras ou emoções sociais;

e) visão e outros sentidos e motricidades notadamente atípicos; O atípicas nas funções regulatórias relacionadas ao sono, alimentação e atenção;

f) O atipias nas funções regulatórias relacionadas ao sono, alimentação e atenção.

III - a nutrição adequada e a terapia nutricional;

IV - a medicamentos e terapias alternativas, sem interrupção do fluxo; e

V - as informações que auxiliem no diagnóstico e no treinamento;

Art. 114. O laudo médico-pericial que ateste Transtorno do Espectro do Autismo-TEA, para fins de obtenção de benefícios destinados à pessoa com TEA previstos na legislação do Estado, passa a ter validade por prazo indeterminado.

§ 1° O laudo de que trata esta Lei poderá ser emitido por profissional da rede de saúde pública ou privada, observados os demais requisitos para a sua emissão estabelecidos na legislação pertinente.

§ 2° O laudo de que trata esta Lei poderá ser apresentado às autoridades competentes por meio de cópia simples, desde que acompanhada do seu original, observando o disposto na Lei Federal n° 13.726, de 8 de outubro de 2018.

§ 3° A apresentação do laudo de que trata esta Lei não exclui o cumprimento dos demais requisitos para a obtenção dos benefícios a que se refere o **caput.**

Subseção II
Do Direito à educação

Assembleia Legislativa
43
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 115. As escolas da rede pública e privada de ensino do estado de Rondônia devem reservar 2,5% (dois e meio por cento) das vagas de cada escola, para pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA.

Parágrafo único. O Poder executivo, por meio do órgão competente de educação, estabelecerá regras para ocupação das vagas levando em consideração o perfil psicossocial dos autistas atendidos.

Art. 116. É garantida a inclusão dos estudantes autistas nas classes comuns de ensino regular, sendo o Estado responsável por:

I - capacitar os profissionais da Educação para educar ou participar direta ou indiretamente da Educação das pessoas autistas;

II - oferecer suporte escolar complementar especializado no contraturno para os alunos autistas incluídos na rede escolar regular; e

III - disponibilizar estrutura e materiais escolares adaptados às especiais necessidades educacionais aos estudantes autistas.

Art. 117. As pessoas autistas que atingirem a idade adulta sem terem sido devidamente escolarizadas também terão acesso à educação.

Art. 118. O estudante com transtorno do espectro autista, com sintomatologia exacerbada, incluído nas classes comuns do ensino regular, tem direito a um professor auxiliar.

Parágrafo único. O atendimento educacional especializado é assegurado ao estudante autista, quando não for possível sua inserção nas classes comuns de ensino regular, observado o disposto no "Capítulo V - Da Educação Especial" da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

Assembleia Legislativa
44
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 119. As escolas públicas e privadas, no âmbito do estado de Rondônia, devem priorizar, em suas salas de aula, assentos na primeira fila aos estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo - TEA.

Parágrafo único. O gestor escolar ou autoridade competente que recusar, de maneira discriminatória, a matrícula de estudante com transtorno do espectro autista ficará sujeito às penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 120. Para os efeitos desta Lei, são considerados escolas:

I - escolas públicas e privadas de educação básica e/ou técnica;

II - escolas públicas e privadas de educação fundamental; e

III - faculdades e universidades públicas e privadas de educação superior e/ou técnica.

Parágrafo único. Os estudantes diagnosticados com TEA poderão realizar as atividades de avaliação e provas durante o ano letivo com maior tempo para a sua realização.

Art. 121. Para o atendimento ao disposto no art. 119, será necessária a apresentação de laudo médico que comprove o TEA, emitido por médico especialista em neurologia ou psiquiatria.

Art. 122. As escolas poderão prever e prover, na organização de suas classes, flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino, recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos estudantes que apresentam TEA, em consonância com o projeto pedagógico da escola e conforme a Lei Federal n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Parágrafo único. Poderão também promover formação continuada sobre os temas relacionados à escolarização de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo - TEA, para que o profissional docente e o corpo técnico-pedagógico tenham maior compreensão acerca das questões pertinentes às

Assembleia Legislativa
45
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

adaptações e flexibilização curriculares, metodologias, recursos didáticos e processos avaliativos de que trata este artigo.

Art. 123. A pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, bem como não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação em razão da deficiência.

Parágrafo único. Nos casos de necessidade de internação médica da pessoa com transtorno do espectro autista em unidades especializadas, observar-se-á o que dispõe o art. 4º da Lei federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

Art. 124. A pessoa com transtorno do espectro autista não será impedida de participar de planos privados de assistência à saúde em razão de sua condição de pessoa com deficiência, conforme dispõe o art. 14 da Lei federal nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

Art. 125. Fica assegurado horário especial de trabalho e a adequação da escala de serviço do para período de até 20 (vinte) horas por semana, de servidor efetivo que for pai, mãe, tutor, curador ou responsável por pessoa com transtorno do espectro autista, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. As horas semanais deverão ser distribuídas visando atender à necessidade da pessoa com deficiência.

Art. 126. No caso de policiais militares, a concessão prevista no art. 125 desta Lei, fica vinculada à realização de averiguação prévia, instaurada pelo respectivo Chefe, Comandante, Diretor ou Coordenador do policial militar requerente.

Art. 127. Não haverá necessidade de inspecionar a pessoa com deficiência, caso seu responsável já possua algum tipo de comprovação nas suas fichas funcionais; e

Parágrafo único. Todas as averiguações e inspeções de saúde já realizadas serão consideradas válidas.

Assembleia Legislativa
46
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 128. O Ato de adequação de escala de serviço, quando temporário, poderá ser renovado, periodicamente, segundo parecer da Junta Médica.

Parágrafo único. A redução será concedida em caráter permanente nos casos em que o laudo ateste que a deficiência é permanente

Art. 129. A adequação da escala de serviço se extinguirá com a cessação do motivo que a houver determinado, independentemente de qualquer ato extintivo superior.

Art. 130. Fica vedada aos policiais militares solicitantes deste benefício a participação voluntária em programas de estímulo operacional existentes no Estado.

Parágrafo único. O servidor que fizer jus à redução de carga horária não será escalado para serviço extraordinário.

Art. 131. Na hipótese de matrimônio ou união estável entre policiais militares, ou entre policial militar e outro servidor, a quem também seja franqueado tal benefício, os efeitos serão extensivos penas a um dos cônjuges ou companheiros.

Parágrafo único. O direito ao benefício será concedido a ambos nos casos em que 2 (duas) ou mais pessoas com deficiência se encontrem sob sua responsabilidade ou que se comprove a necessidade no processo de averiguação.

Art. 132. Caso solicite, o servidor responsável por pessoa com deficiência será transferido para uma unidade próxima a sua residência, a fim de prestar uma melhor assistência ao PCD.

Art. 133. A liberação do benefício de que trata o artigo 125 desta Lei será concedida após a devida instrução e encaminhamento dos autos pelo setor competente da Polícia Militar.

Assembleia Legislativa
47
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Subseção III
Sessões de cinema adaptadas

Art. 134. As salas de cinema situadas no Estado de Rondônia ficam obrigadas mediante ao pagamento de ingresso, a reservar uma sessão por mês, no mínimo, as às crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias.

§ 1° Durante tais sessões, não será exibida publicidade comercial, as luzes deverão estar levemente acessas e o volume de som será reduzido.

§ 2° Nas sessões de que se trata o **caput**, não haverá vedação à livre circulação pelo interior da sala, bem como entrada e saída durante a exibição.

§ 3° Os filmes a serem apresentados nas sessões de que trata o **caput**, serão apropriados às pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA.

§ 4° Em caso de não preenchimento do total de vagas até 15 (quinze) dias da data da referida sessão, o estabelecimento fica autorizado a disponibilizar as vagas restantes ao público em geral, limitando a metade dos assentos.

§ 5° Na hipótese do parágrafo anterior, deverá o estabelecimento:

I - esclarecer se tratar de sessão destinada as crianças e adolescentes com TEA e suas famílias e acompanhantes;

II - esclarecer sobre as peculiaridades do público e das condições em que ocorrerá a sessão; e

III - dar acesso aos termos desta Lei, cujo conteúdo deve estar disponível para consulta.

§ 6° As sessões especiais poderão ser canceladas quando identificada a ausência de venda de ingresso com 2 (dois) dias de antecedência da data determinada previamente para realização da sessão.

Assembleia Legislativa
48
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 135. As sessões deverão ser identificadas com o símbolo mundial do espectro autista, que será afixado na entrada da sala de exibição.

Art. 136. O descumprimento do estabelecido na presente Lei sujeitará o infrator, conforme o caso, sem prejuízo das demais sanções de natureza civil ou penal, às seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - após advertência, na hipótese de reiteração do descumprimento, multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais);

III - em caso de nova reincidência, multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais); e

IV - interdição do estabelecimento.

Parágrafo único. Os valores previstos nos incisos II e III do caput deste artigo serão reajustados anualmente pela variação do índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no Exercício anterior, sendo que, no caso de extinção desse índice, será adotado outro criado pela legislação federal como forma de compensar a perda do poder aquisitivo da moeda.

Subseção IV
Da Carteira de Identidade do Autista (CIA)

Art. 137. Institui a Carteira de Identificação do Autista (CIA), destinada a conferir identificação à pessoa diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito do estado de Rondônia.

Art. 138. Para fins desta Lei, o órgão de desenvolvimento social é competente para:

I – expedir a Carteira de Identidade do Autista (CIA), a ser emitida por intermédio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAs), devidamente numerada, de modo a possibilitar a contagem de pessoas com TEA no estado de Rondônia;

Assembleia Legislativa
Folha 49
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

II – administrar a Política da Carteira de Identidade do Autista (CIA);

III – adequar a plataforma de serviços à expedição de Carteira de Identificação do Autista (CIA);

IV – realizar procedimentos inerentes à execução orçamentária e financeira da Carteira de Identificação do Autista (CIA); e

V – expedir atos necessários à execução desta Lei.

Art. 139. A Carteira de Identificação do Autista (CIA) terá validade 5 (cinco) anos, devendo ser revalidada com o mesmo número.

Parágrafo único. Em caso de perda ou extravio da CIA, será emitida gratuitamente a segunda via, mediante apresentação do respectivo boletim de ocorrência policial.

Art. 140. A Carteira de Identidade do Autista (CIA) será expedida sem qualquer custo, por meio de requerimento devidamente preenchido e assinado pelo interessado ou por seu representante legal, acompanhado de relatório médico, confirmando o diagnóstico com CID, e seus documentos pessoais, bem dos seus pais ou responsáveis legais (Certidão de Nascimento ou Carteira de Identidade e CPF) e comprovante de endereço, em original e fotocópia.

§ 1° No caso de pessoa estrangeira autista, naturalizada ou domiciliada no estado de Rondônia, deverá ser apresentado título declaratório de nacionalidade brasileira ou passaporte.

§ 2° O relatório médico atestando o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista deverá ser firmado por médico especialista em neurologia ou psiquiatra.

Art. 141. Verifica a regularidade da documentação recebida, cadastrada e devidamente autuada, o órgão estadual responsável pela expedição da Carteira de Identidade do Autista (CIA) determinará sua emissão no prazo de 30 (trinta) dias.

Assembleia Legislativa
Folha 30
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Subseção V
Da carteira azul

Art. 142. Fica instituída a Carteira Azul, com o objetivo de facilitar a comunicação entre os agentes de segurança e o condutor com Transtorno do Espectro Autista – TEA;

Art. 143. A Carteira Azul trata-se de um porta-documento, que deverá guardar a CNH e os demais registros pessoais do condutor autista, bem como constar orientações ao seu portador e aos agentes de segurança.

§ 1° As orientações ao condutor com TEA, as quais deverão constar na Carteira Azul, são as seguintes:

I - manter as mãos no volante até que seja instruído agir de outra forma, ainda que o agente de segurança não esteja próximo ao veículo;

II - manifestar que possui a Carteira Azul ao agente de segurança e, se solicitado, apresentá-la;

III - responder aos questionamentos do agente de segurança, evitando realizar movimentos bruscos; e

IV - aguardar que o agente de segurança manifeste o fim da abordagem, atendendo às suas instruções para seguir.

§ 2° As orientações aos agentes de segurança, as quais deverão constar na Carteira Azul, são as seguintes:

I - poderá o condutor apresentar movimentos corporais repetitivos ou inquietação, sendo possível, ainda, ter contato visual incomum;

II - poderá o condutor apresentar sinais de alta ansiedade, especialmente devido exposição de luz forte ou som alto;

Assembleia Legislativa
51
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

III - entrar em contato com o familiar, cujo número de telefone constará na Carteira Azul, caso haja reação desproporcional por parte do condutor;

IV - conceder ao condutor um tempo maior para formulação de respostas;

V - fazer uso de linguagem simples e objetiva; e

VI - manifestar, de forma clara, o fim da abordagem, com a devida instrução de como o condutor deverá seguir.

§ 3° O agente de segurança poderá fazer uso de lanterna direcionada para o interior do veículo, portar rádio de comunicação e estar com luzes piscando em sua viatura.

Art. 144. Além das orientações constantes no art. 143 desta Lei, na Carteira Azul deverá constar um número de telefone de pessoa da família do condutor, caso seja necessário contato emergencial.

Art. 145. A Carteira azul deverá estar disponibilizada em toda a estrutura do Departamento de Trânsito do Estado - Detran-RO, compreendendo as Circunscrições Regionais de Trânsito - Ciretrans e os Centros de Formação de Condutores - CFCs.

Art. 146. A pessoa com Transtorno do Espectro Autista poderá ter mais de uma Carteira Azul.

Subseção VI
Da Violência Institucional

Art. 147. Fica capítulo dispõe sobre a violência institucional em decorrência do exercício de direitos das pessoas com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista – TEA, no âmbito do estado de Rondônia.

Art. 148. Configura violência institucional qualquer ação ou omissão praticada por parte de agente púbico contra servidor público com deficiência e com TEA ou que tenha dependente nessa condição e esteja em teletrabalho ou com redução de jornada os seguintes atos:

Assembleia Legislativa
52
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

I – impedir, controlar ou dificultar a exercer seu direito legalmente ou administrativamente constituído;

II – desconsiderar recomendações médicas ou problemas de saúde na distribuição de tarefas e metas;

III – invadir a vida privada com apontamentos de ordem íntima ou de preferencia pessoal e familiar; ou

IV – retirar ou privar autonomia funcional;

Art. 149. Na inobservância do dever funcional previstos nesta subseção, o agente público cometerá infração disciplinar punível com as penalidades do artigo 167 e seguintes, com os devidos assentamentos funcionais, conforme a Lei Complementar n° 68, de 09 de dezembro de 1992.

Art. 150. O estado de Rondônia, em caso de condenação por danos financeiros ou morais às pessoas com deficiência ou com TEA em decorrência da não observância desta subseção, poderá propor ação de regresso contra o agente público que cometer a violência institucional.

CAPÍTULO VII
POLÍTICA DE ESTADUAL DE ORIENTAÇÃO SOBRE A SINDROME DE *DOWN*

Art. 151. Fica instituída a Política Estadual de Orientação sobre a Síndrome de *Down* no âmbito do estado de Rondônia.

Art. 152. A Política Estadual de Orientação sobre a Síndrome de *Down* será constituída por um conjunto de princípios voltados para a compreensão, o apoio, a educação, a saúde, a qualidade de vida, o trabalho e o combate ao preconceito em relações às pessoas com Síndrome de Down, aos seus familiares, aos educadores e aos profissionais de saúde.

Art. 153. São objetivos da Política Estadual de Orientação sobre Síndrome de *Down*:

Assembleia Legislativa
53
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

I - sensibilizar todos os setores da sociedade para estimular atividades de divulgação, proteção e apoio às pessoas com Síndrome de *Down* e aos seus familiares; e

II - incentivar o incremento da interação entre profissionais da saúde, da educação, familiares e pessoas com a síndrome, objetivando a melhoria da qualidade de vida destes, o aprimoramento dos profissionais e o preparo de familiares quanto à aplicação de conceitos técnicos na convivência com as pessoas com Síndrome de *Down*.

Art. 154. Fica instituída, no âmbito do estado de Rondônia, a Semana Estadual de Conscientização sobre a Síndrome de *Down*, que ocorrerá, de 21 a 28 de março, passando a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado de Rondônia.

Art. 155. Os hospitais públicos do Estado ficam obrigados a procederem ao registro e à comunicação imediata do nascimento de recém-nascidos com Síndrome de *Down* às instituições, emitidas e associações especializadas que desenvolvem atividades com pessoas com essa anomalia genética no Estado, resguardada a autorização do pais.

Art. 156. Entende-se, para os efeitos desta Lei, além dos hospitais, todas as casas de saúde, santa casas, hospitais filantrópicos, maternidades, clínicas, centros de saúde, postos de saúde e demais estabelecimentos de saúde que realizem e prestem os serviços de parto.

Art. 157. A imediata comunicação prevista nesta Lei, após detectada a Síndrome, tem como propósito:

I - garantir o apoio, acompanhamento e intervenção imediata das instituições, entidades e associações, por meio de seus profissionais capacitados (pediatras, médicos assistentes, equipe multiprofissional e interdisciplinar) com vistas à estimulação precoce da criança;

II - permitir a garantia e o amparo aos pais, no momento de insegurança, dúvidas e incerteza, do indispensável ajuste familiar à nova situação, com as adaptações e mudanças de hábitos inerentes, com atenção multiprofissional;

Assembleia Legislativa
54
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

III - garantir atendimento por intermédio de aconselhamento genético, para ajudar a criança com *Down* e a sua família, favorecendo as possibilidades de tratamento humano com vistas à promoção de estilos de vida saudáveis (alimentação, higiene do sono e prática de exercícios) e à saúde física, mental e afetiva no seio familiar e contexto social;

IV - impedir diagnóstico tardio, contribuindo para que o diagnóstico dos bebês com Síndrome de *Down* seja rapidamente identificado e comunicado;

V - afastar o estímulo tardio, garantindo mais influências positivas no desempenho e no potencial nos primeiros anos de vida, para o desenvolvimento motor e intelectual mais rápido das crianças com Síndrome de *Down*;

VI - garantir as condições reais de socialização, inclusão, inserção social e geração de oportunidades ajudando o desenvolvimento da autonomia da criança, sua qualidade de vida, suas potencialidades e sua interação efetiva como protagonista produtivo em potencial junto ao contexto social (habilidades sociais); e

VII - respeitar, no tocante à saúde da pessoa com Síndrome de *Down*, as diretrizes das políticas públicas do Ministério da Saúde.

Art. 158. O descumprimento desta Lei sujeita o estabelecimento a multa no valor de 200 (duzentas) UPF's e o dobro em caso de reincidência.

CAPÍTULO VIII
DO PROGRAMA DE APOIO ÀS PESSOAS COM DOENÇA DE ALZHEIMER E OUTRAS DEMÊNCIAS

Art. 159. Fica instituído o Programa de Apoio às Pessoa com Doença de Alzheimer e Outras Demências e aos seus Familiares, no âmbito do Estado de Rondônia.

Assembleia Legislativa
55
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 160. O programa instituído no artigo 159 será desenvolvido no âmbito da rede pública estadual de Saúde, com apoio de especialista e de representantes de instituições que congregam pessoas com doença de Alzheimer e outra demências, e terá como objetivo:

I - promover a conscientização e a orientação precoce de sinais de alerta e informações sobre a doença de Alzheimer e outras demências, em várias modalidades de difusão de conhecimento à população;

II - utilizar métodos para diagnóstico e o tratamento o mais precoce possível em todas as unidades da rede pública estadual de Saúde;

III - estimular hábitos de vida relacionados à promoção de saúde e prevenção de comorbidades, além de estímulos aos fatores protetores para a prevenção da doença de Alzheimer e outras demências, quais sejam, a prática de exercício regular, alimentação saudável, controle da pressão arterial e das dislipidemias, intervenção cognitiva, controle de depressão, que dobra o risco de demência, estímulo ao convívio social, que é importante para a qualidade de vida, ou seja, o desenvolvimento de ações de promoção de saúde e prevenção de doenças;

IV - apoiar o paciente e familiares, com abordagens adequadas no tratamento não medicamentoso e medicamentoso, visando melhorar a adesão ao tratamento minimizando o impacto das alterações comportamentais e complicações no curso da doença;

V - utilizar os sistemas de informações e de acompanhamento pelo Poder Público de todos que tenham diagnóstico de doença de Alzheimer e outras demências para a elaboração de um cadastro específico dessas pessoas;

Art. 161. As Unidades de Saúde deverão investigar, diagnosticar, tratar, promover a saúde mental e acompanhar a pessoa com doença de Alzheimer e outras demências, prestando-lhe toda a assistência necessária com utilização de indicadores de controle de qualidade.

Assembleia Legislativa
56
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 162. A implementação e acompanhamento deste Programa requer revisões periódicas com avaliação de resultados e dificuldades para elaboração e/ou redirecionamento de estratégias para a realização dos objetivos deste Programa.

Art. 163. No desenvolvimento do Programa de que trata este capítulo, serão observados os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas preconizadas pelo Ministério da Saúde.

Art. 164. O Poder Público poderá buscar apoio em outras instituições para desenvolver a Política Estadual de Atenção Integral às Pessoas com Doenças de Alzheimer e outras Demências no Estado de Rondônia.

CAPÍTULO IX
DAS DOENÇAS OCULTAS E RARAS
Seção I
Das Doenças Ocultas

Art. 165. Fica instituída, no estado de Rondônia, a Campanha de Conscientização sobre Doenças Ocultas, dedicada às ações de enfrentamento, informação e incentivo ao cuidado dos pacientes, a ser realizada, anualmente, no mês de abril.

Parágrafo único. A Campanha ora instituída passa a integrar o calendário oficial de datas e eventos do governo do estado de Rondônia.

Art. 166. Fica instituído, no âmbito do estado de Rondônia, o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis – "Cordão de Girassol", como instrumento auxiliar e facilitador para identificação de pessoas com doenças ocultas.

§ 1° Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I – pessoa com doença oculta ou invisível: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais

Assembleia Legislativa
57
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

pessoas, não sendo possível a identificação de maneira imediata, por não ser fisicamente evidente, muitas vezes passando despercebidas pela população em geral, em especial em locais de maior fluxo de pessoas.

II – cordão de girassol: faixa estreita de tecido ou material equivalente, na cor verde, estampada com desenhos de girassóis,

§ 2° Durante o mês de abril, o Poder Executivo por meio de órgão designado poderá fornecer gratuitamente o "Cordão de Girassol" à pessoa que comprovar a doença oculta.

§ 3° É facultado à pessoa com doença oculta o uso do Cordão de Girassol sem que haja prejuízo ou desrespeito a todo de qualquer direito a que faça jus.

§ 4° Fica vetado a utilização do cordão de girassol como mero adorno por quem não seja pessoa com deficiência.

Art. 167. Para ter acesso ao "Cordão de Girassol", a pessoa com doença oculta ou seu representante legal deverá se dirigir até o local designado pelo órgão do Poder Executivo para realizar seu cadastro e apresentar os seguintes documentos:

I – laudo médico;

II – documento oficial de identificação;

III – comprovante de residência;

IV – número para contato;

V – outros que o Poder Executivo julgar necessários.

Art. 168. A Campanha ora instituída poderá ser desenvolvida por meio de reuniões, palestras, cursos, seminários, simpósios, distribuição de material informativo, entre outros, sempre priorizando:

Assembleia Legislativa
58
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

I – a conscientização da população sobre a existência de doenças ocultas e os cuidados com as pessoas com essas doenças;

II – o incentivo aos órgãos da Administração Pública estadual, empresas, entidades de classe e a sociedade civil organizada para se engajarem na campanha sobre o tema objeto desta Lei;

III – o incentivo à participação da comunidade escolar, por meio de programas de voluntariado;

IV – a capacitação de funcionários para identificação e atendimento.

Seção II
Das doenças raras

Art. 169. Os hospitais, clínicas, postos de saúde e estabelecimentos similares de rede pública e privada de saúde do Estado de Rondônia ficam obrigados a oferecer atendimento prioritário às pessoas portadoras de doenças raras para a realização de cirurgias, agendamento de exames ou consultas, diagnósticos, perícias médicas e fornecimentos de medicação.

Art. 170. O paciente ou usuário dos serviços de saúde deve comprovar a doença rara mediante apresentação de laudo ou documento médico.

Art. 171. O descumprimento do disposto no caput do artigo 169 sujeitará às sanções cíveis e criminais, sem prejuízo das demais penas cabíveis, previstas em Lei.

CAPÍTULO X
POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS

Art. 172. Os órgãos e as entidades da Administração Pública responsáveis pela formação de recursos humanos devem, sem prejuízo de outras, adotar as seguintes medidas:

Assembleia Legislativa
59
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

I - formação e qualificação de professores que atuam na educação básica e superior em educação especial;

II - formação e qualificação profissional, nas diversas áreas de conhecimento e de recursos humanos que atendam às demandas da pessoa com deficiência; e

III - incentivo e apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas à pessoa com deficiência.

CAPÍTULO XI
DA CULTURA, DO DESPORTO, DO TURISMO E DO LAZER

Art. 173. Os órgãos e as entidades da Administração Pública do estado de Rondônia responsáveis pela cultura, pelo desposto, pelo turismo e pelo lazer devem dispensar tratamento prioritário e adequado às pessoas com deficiência, com vistas a viabilizar, sem juízo de outras, as seguintes medidas:

I - promover o acesso da pessoa com deficiência aos meios de comunicação:

a) garantir o acesso de informações por meio de legendas e interpretação de LIBRAS;

b) desenvolver programas/trabalhos nos meios de comunicação, visando ao esclarecimento sobre as necessidades das pessoas com deficiência;

c) implantar programas de inclusão em braile nos meios de comunicação escrita; e

d) criar um programa de informação pública específica para a pessoa com deficiência, destacando o seu potencial;

II - criar incentivos para o exercício de atividades criativas, mediante:

Assembleia Legislativa
60
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

a) participação da pessoa com deficiência em concursos de prêmios no campo das artes e das letras;

c) exposições, publicações e representações artísticas de pessoa com deficiência;

III - incentivar a prática desportiva forma e não-formal como direito de cada um e o lazer como forma de promoção social;

IV - estimular meios que facilitem o exercício de atividades desportivas entre as pessoas com deficiência e suas entidades representativas;

V - assegurar a acessibilidade às instalações desportivas dos estabelecimentos de ensino, desde a educação infantil até o nível superior;

VI - promover a inclusão de atividades desportivas para pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, na prática da educação física ministradas, nas instituições de ensino públicas e privadas, mediante laudo médico a ser encaminhado à direção da escola, contendo a indicação da deficiência (física, sensorial, intelectual, mental ou múltipla), devendo observar as seguintes regras na sua execução:

a) garantia de atendimento educacional específico na área de educação física para cada tipo de deficiência, inclusive quanto a alunos com doenças raras;

b) cabe aos profissionais de educação física integrar, as atividades esportivas, os alunos com deficiência ou com mobilidade reduzida nas atividades com os demais alunos;

c) devem ser assegurados os meios de comunicação necessários para o desempenho das atividades de educação física adaptada relativamente nas atividades com os demais alunos;

d) promover a capacitação dos profissionais responsáveis pela área da educação física no âmbito escolar, para se tornarem aptos a atender alunos com e sem deficiência ou mobilidade reduzida, sendo

Assembleia Legislativa
61
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

que incluídas matérias temáticas específicas de cada deficiência e doenças raras, bem como inserir obrigatoriamente o tema da inclusão social;

VII - apoiar e promover a publicação e o uso de guias de turismo com informações adequadas à pessoa com deficiência, e as características próprias de cada área específica de necessidade especial; e

VIII - estimular a ampliação do turismo à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a oferta de instalações hoteleiras acessíveis e de serviços adaptados de transporte.

Seção I
Da meia-entrada em eventos, espetáculos e afins

Art. 174. Fica instituída a meia-entrada para as pessoas com deficiência, em estabelecimento culturais, esportivos, de lazer e de entretenimento.

Parágrafo único. Os estabelecimentos abrangidos por esta Lei são os destinados à diversão, espetáculos teatrais, musicais circenses, exibições cinematográficas, eventos esportivos e similares.

Art. 175. Na concessão do benefício da meia-entrada para as pessoas com deficiência não poderá haver restrições de horário por parte dos estabelecimentos abrangidos por esta Lei.

Art. 176. O estabelecimento que descumprir esta norma está sujeito à multa de 10 (dez) salários mínimos, e em caso de reincidência a multa será dobrada.

Art. 177. Os estabelecimentos públicos de diversão devem destinar lugares especiais e/ou adaptados para uso exclusivo de espectadores com deficiência e/ou mobilidade reduzida, nos quantitativos e com as especificações técnica fixadas pela legislação e regulamentação federal pertinente, sob pena de:

I - indeferimento dos pedidos de registros e de licenciamento para abertura e/ou funcionamento apresentados pelos novos estabelecimentos aos diferentes órgãos da Administração Pública direta e indireta do estado de Rondônia; e

Assembleia Legislativa
62
Folha
C
do Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

II - cancelamento de todos os registros e de todos os licenciamentos para abertura e/ou funcionamento concedidos pelos diferentes órgãos da Administração direta e indireta do estado de Rondônia aos estabelecimentos já existentes que deixarem de promover as adequações necessárias.

Seção II
Das atividades desportivas

Art. 178. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, promotores ou financiadores de atividades desportivas e de lazer devem concorrer técnica e financeiramente para obtenção dos objetivos desta Lei.

§ 1° Os eventos esportivos realizados no estado de Rondônia deverão dispor de 10% (dez por cento) de suas vagas para inscrição gratuita para pessoa com deficiência, nos termos da Lei.

§ 2° Para fazer jus ao incentivo determinado por esta Lei, o competidor deverá:

a) comprovar a deficiência por meio de laudo que ateste suas limitações; e

b) aferida renda mensal de até 3 (três) salários mínimos;

§ 3° Os eventos que dispuserem de *kits* deverão fornecê-los, de forma gratuita, aos competidores isentos das taxas.

§ 4° Quando se fizer necessária a presença de acompanhante junto ao atleta, este também deverá ser beneficiado com a gratuidade da taxa de inscrição.

§ 5° Não havendo o alcance de 10% (dez por cento) de inscrições realizadas por pessoa com deficiência, as vagas restantes deverão ser disponibilizadas ao público em geral, sem extensão do benefício da gratuidade.

Assembleia Legislativa
63
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 179. Serão, prioritariamente, apoiadas as manifestações desportivas de rendimento e a educacional destinada às pessoas com deficiência, compreendendo as atividades de:

I - desenvolvimento de recursos humanos especializados;

II - promoção de competições desportivas internacionais, nacionais, estaduais e locais;

III - pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, documentação e informação; e

IV - construção, ampliação, recuperação e adaptação de instalações desportivas e de lazer.

Seção III
Parques públicos e parques aquáticos

Art. 180. Fica estabelecida a obrigatoriedade da oferta, em parques públicos do estado de Rondônia, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida.

Art. 181. No mínimo 10% (dez por cento) de cada brinquedo e equipamentos de lazer existentes nos locais referidos, devem ser adaptados e identificados, tanto quanto tecnicamente possível, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida.

Art. 182. Os parques públicos deverão ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise a maior eficiência das modificações, no sentido de promover a mais ampla acessibilidade às pessoas com qualquer deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 183. Os brinquedos deverão estar de acordo com as normas de segurança do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - Inmetro, para facilitar o acesso dos deficientes físicos.

Assembleia Legislativa
Estado de Rondônia
64
Folha
C

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 184. Nos locais com brinquedos adaptados deverão ser afixadas placas indicativas com a informação: Entretenimento infantil adaptado para integração de crianças com e sem deficiência.

Art. 185. Os clubes, parques aquáticos e afins, localizados no âmbito do estado de Rondônia, devem assegurar o acesso às pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e usuárias de cadeiras de rodas nas piscinas e dependências.

§ 1° Para atendimento do previsto no caput, os procedimentos mínimos aceitos são:

I - a adaptação do acesso às piscinas;

II - a adaptação de rampas para cadeiras de rodas; e

III - a adaptação dos banheiros.

§ 2° A não existência de sócios ou dependentes usuários de cadeiras de rodas no quadro social do clube ou congênere não o exime do cumprimento desta Lei.

Art. 186. O descumprimento do disposto na presente seção acarretará multa variável de 10 (dez) a 1000 (mil) Unidades de Padrão Fiscal-UPFs, conforme dispuser o ato que a regulamentar.

Seção IV
Dos estabelecimentos de hospedagem

Art. 187. Os estabelecimentos do ramo de hospedagem estabelecidos no estado de Rondônia devem adaptar suas instalações, a fim de garantir a os meios necessários à acessibilidade de pessoas com deficiência.

§ 1° Para fins desta Lei, entendem-se como estabelecimento do ramo de hospedagem: hotéis, motéis e pousadas e como unidade habitacional: suíte, apartamento, quarto ou chalé;

Assembleia Legislativa
65
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

§ 2° Os recursos de acessibilidade deverão ser solicitados pelo hóspede no momento da reserva junto ao estabelecimento.

Art. 188. As adaptações deverão obedecer necessariamente as seguintes proporções:

I - as edificações em prédio de edifício deverão ter pelo menos em cada andar, uma unidade habitacional adaptada para pessoa com deficiência;

II - nas edificações planas, para cada 10 (dez) unidades habitacionais, uma deverá ser adaptada, localizada em rota acessível.

Art. 189. As adaptações de que trata esta Seção deverão ser definidas em conformidade com o disposto na Norma de Acessibilidade da ABNT – NBR n° 9.050/2020 ou a que vier substituí-la.

Art. 190. Os estabelecimentos localizados em prédios que não consigam atender às exigências previstas no art. 186 desta Lei devem apresentar alternativas para análise junto ao órgão competente.

Art. 191. O descumprimento do previsto nesta Seção acarretará as seguintes penalidades:

I - advertência, para que sejam feitas as adequações necessárias no prazo máximo de 90 (noventa) dias;

II - multa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), aplicada em dobro em caso de reincidência;

III - suspensão do alvará de funcionamento até que se comprove a efetiva adaptação das instalações.

Seção V
Cardápio em braile

Assembleia Legislativa
66
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 192. Os hotéis, restaurantes, bares e similares, estabelecidos em Rondônia, que possuam cardápio como meio de informar o rol de seus produtos aos clientes devem editar e dispor de exemplar em Braile, para o atendimento às necessidades das pessoas com deficiência.

Parágrafo único. Para os efeitos deste dispositivo considera-se cardápio como sendo encarte que contenha o rol de produtos oferecidos normalmente aos clientes desses estabelecimentos.

Seção VI
Banheiros químicos adaptados

Art. 193. Nos eventos públicos realizados no estado de Rondônia em que haja a disponibilização de banheiros químicos, fica garantida a instalação de banheiros químicos adaptados para atender as pessoas com deficiência.

Parágrafo único. O uso de banheiro químico adaptado é exclusivo para a pessoa com deficiência e seu acompanhante.

Art. 194. A quantidade de banheiros químicos adaptados a ser instalada será estabelecida, observando-se critérios de proporcionalidade que levem em conta a natureza do evento, especialmente, a estimativa de público, e nunca inferior a 5% (cinco por cento) do quantitativo de banheiros químicos comuns a serem disponibilizados.

Art. 195. A inobservância ao disposto nos arts. 193 e 194 sujeitará o infrator às seguintes sanções:

I - advertência por escrito da autoridade competente; e

II - multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV), ou por índice que vier a substitui-lo.

CAPÍTULO XII
DO PODER PÚBLICO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Assembleia Legislativa
67
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 196. Na elaboração das políticas públicas, quando couber e notadamente no que diz respeito às políticas de desenvolvimento social, será sempre considerada a condição das pessoas com deficiência, devendo ser explicitadas as suas especificidades e os seus mecanismos inclusivos.

Parágrafo único. O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária deverão prever, em cada plano ou programa, as metas e os recursos orçamentários destinados especificamente ao atendimento das pessoas com deficiência.

Art. 197. Incumbe ao Poder Público no âmbito das políticas de saúde:

I - a promoção de ações preventivas destinadas a evitar deficiências limitativas de natureza psicomotora, inclusive planejamento familiar, aconselhamento genético, acompanhamento da gravidez, relativas ao parto e ao puerpério, à nutrição da mulher e da criança, à identificação e ao controle da gestante e do feto de alto risco, à imunização, às doenças do metabolismo e seu diagnóstico, ao acompanhamento precoce de outras doenças causadoras de deficiência, à detecção precoce das doenças degenerativas e a outras potencialidades incapacitantes;

II - a criação de rede de serviços especializados em habilitação e reabilitação;

III - a garantia de tratamento domiciliar de saúde ao deficiente grave não internado;

IV - o desenvolvimento de programas de saúde voltados para as pessoas com deficiência, desenvolvidos com a participação da sociedade e da família, para a efetivação da sua integração social;

V - a criação de rede de serviços regionalizados, descentralizados e hierarquizados em crescentes níveis de complexidade, voltada ao atendimento à saúde e à reabilitação da pessoa com deficiência, articulada com os serviços sociais, educacionais e com o trabalho;

VI - o fornecimento gratuito àqueles que necessitarem dos medicamentos, próteses, dispositivos e outros recursos essenciais à acessibilidade, mobilidade, tratamento, habilitação ou reabilitação de pessoas com deficiência, dentre eles:

Assembleia Legislativa
Estado de Rondônia
68
Folha
C

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

a) cadeiras de rodas e aparelhos auditivos às pessoas com deficiência física ou auditiva que sejam reconhecidamente hipossuficientes e mediante comprovação do uso do equipamento ou aparelho por parecer técnico emitido por profissional da área respectiva, lotado em secretaria municipal ou estadual de saúde.

VII - o papel estratégico da atuação dos agentes comunitários de saúde e das equipes de saúde da família na disseminação das práticas e estratégias de reabilitação baseada na comunidade; e

VIII - o desenvolvimento de programas especiais de prevenção de acidentes domésticos, do trabalho, de trânsito e outros, e de tratamento adequado às suas vítimas.

CAPÍTULO XIII
DOS ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Art. 198. Os órgãos e as entidades da Administração Pública deverão conferir, no âmbito das respectivas competências e finalidades, tratamento prioritário e adequado aos assuntos relativos à pessoa com deficiência, visando assegurar-lhe o pleno exercício de seus direitos básicos e sua efetiva inclusão social.

§ 1° As empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigadas a realizar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas a que se refere o art. 198.

§ 2° As repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos estaduais deverão afixar placas e cartazes, destacando a prioridade de atendimento estabelecido nesta Lei.

§ 3° O atendimento prioritário deverá ser realizado mediante discriminação de postos, caixas, guichês, linhas ou atendentes específicos para esse fim.

Assembleia Legislativa
69
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

§ 4° O descumprimento do disposto nesta Lei por órgãos públicos estaduais, incidirá em infração administrativa, sujeitando o servidor pela infração às penalidades administrativas da Lei Complementar n° 68, de 09 de dezembro de 1992.

Art. 199. Na execução das políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência, a Administração Pública atuará de modo integrado e coordenado, seguindo planos e programas, com prazos e objetivos determinados, aprovados e supervisionados por órgão colegiado de articulação institucional.

Art. 200. O órgão colegiado a que se refere o art. 199 deverá ser constituído, paritariamente, por representantes de instituições governamentais e da sociedade civil.

Art. 201. A execução das políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência, no âmbito do estado de Rondônia, com o apoio de organizações não-governamentais, deverá dar-se de forma articulada, por meio de convênio, destinada a evitar sobreposições de ações.

TÍTULO III
DA ACESSIBILIDADE
CAPÍTULO I
EM PRÉDIOS PÚBLICOS, DE USO COLETIVO E DE USO PRIVADO

Art. 202. Os órgãos e as entidades da Administração Pública adotarão providências, para garantir a acessibilidade e a utilização dos bens e serviços, no âmbito de suas competências à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas e obstáculos, bem como evitando a construção de novas barreiras.

Art. 203. Para os efeitos do disposto neste Capítulo, considera-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das instalações e equipamentos esportivos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Assembleia Legislativa
Folha 70
Estado de Rondônia C

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificando-se em:

a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados; e

c) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistema de comunicação, sejam ou não de massa;

Art. 204. A construção, a ampliação e a reforma de edifícios, praças e equipamentos esportivos e de lazer, públicos e privados, destinados ao uso coletivo, deverão ser executadas de modo que se tornem acessíveis à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios, praças e equipamentos esportivos e de lazer, públicos e privados, destinados ao uso coletivo por órgãos da Administração Pública, deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

I - nas áreas externas ou internas da edificação destinadas à garagem e a estacionamento de uso público, serão reservados 2% (dois por cento) do total das vagas a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, garantidas no mínimo 3 (três), próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas e com as especificações técnicas de desenho e traçado segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

II - pelo menos 1 (um) dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Assembleia Legislativa
71
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

III - pelo menos 1 (um) dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, cumprirá os requisitos de acessibilidade;

IV - pelo menos 1 (um) dos elevadores deverá ter a cabine, assim como sua porta de entrada, acessíveis para pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, em conformidade com norma técnica específica da ABNT; e

V - os edifícios disporão, pelo menos, de 1(um) banheiro acessível para cada sexo, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de modo que possam ser utilizados por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 205. Os estabelecimentos privados e públicos, tais como agências de fomento, repartições, guichês de terminais rodoviários e aeroportos, que utilizem balcões destinados ao público, deverão adaptar a altura de, ao menos, 1 (um) de seus guichês, a fim de viabilizar o atendimento de pessoas com deficiência que dependam de cadeira de rodas para sua locomoção.

Parágrafo único. A altura do balcão de atendimento não poderá ultrapassar a altura de 90 cm (noventa centímetros) do piso.

Art. 206. Fica estabelecido o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) ao estabelecimento que não cumprir o disposto no art. 205 desta Lei.

§ 1° A incidência da multa não desobrigará o seu posterior cumprimento.

§ 2° Em caso de reincidência a multa será aplicada em dobro e assim sucessivamente.

Art. 207. Nas dependências dos prédios em que de funcionam os órgãos, autarquias, fundações e empresas integrantes da estrutura da administração direta e indireta do estado de Rondônia deve ser instalada a sinalização tátil, sonora e visual, nos termos preconizados pela ABNT/NBR 9050/2020 ou a norma que vier substituí-la, destinada à acessibilidade das pessoas com deficiência visual e auditiva,

Assembleia Legislativa
72
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

indicando o sentido de funcionamento de esteiras, escadas rolantes, setor, andar, localização, além de outras informações necessárias, para compreensão.

Parágrafo único. Compreende-se por:

I - sinalização tátil: aquela realizada por meio de caracteres em relevo, pelo sistema Braile ou por figuras em relevo;

II - sinalização sonora: aquela realizada por meio de recursos auditivos; e

III - sinalização visual: aquela que é realizada por meio de textos ou figuras.

Art. 208. A acessibilidade às pessoas com deficiência visual obedecerá à comunicação e sinalização tátil direcional e de alerta, nos pisos, corrimões, acessos às escadas, elevadores, calçadas e obstáculos suspensos e sinalização sonora.

Art. 209. A sinalização sonora deverá ser precedida de mensagem com prefixo ou de um ruído característico para alertar o ouvinte.

Art. 210. A sinalização sonora, tal como a sinalização vibratória para alertar as pessoas com deficiência visual, devem estar associadas e sincronizadas aos sinais visuais, intermitentes, para alertar pessoa com deficiência auditiva.

Art. 211. A acessibilidade às pessoas com deficiência auditiva obedecerá à sinalização visual.

Art. 212. Os símbolos internacionais, dispostos em local visível e em destaque, devem indicar a acessibilidade das pessoas com deficiência visual e auditiva aos espaços, equipamentos e serviços disponíveis.

Art. 213. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual devem promover as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios e espaços de uso público e naquelas que estejam sob sua administração ou uso.

Assembleia Legislativa
73
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 214. A acessibilidade aos bens tombados deverá observar os critérios específicos estabelecido na ABNT e aprovados pelos órgãos do patrimônio histórico e cultural competentes.

Art. 215. As bibliotecas, os museus, os locais de reuniões, conferências, aulas e outros ambientes de natureza similar disporão de espaços reservados para pessoa que utilize cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoa com deficiência de natureza auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com as normas técnicas da ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

Art. 216. Os acervos das bibliotecas públicas do estado de Rondônia devem dispor de pelo menos 1 (um) exemplar da Bíblia Sagrada editada em linguagem Braile.

Seção I
Nas Instituições Bancárias

Art. 217. As instituições bancárias devem instalar caixas eletrônicos, portas especiais e rampas de acesso apropriadas ao uso de pessoas com deficiência física e visual, no âmbito do estado de Rondônia.

Parágrafo único. Todas as agências bancárias instaladas no estado de Rondônia devem dispor, gratuitamente, cadeiras de rodas para facilitar a locomoção, dentro de suas dependências, para usuários com deficiência física e visual, fixando aviso, em local visível, sobre a disponibilidade desse equipamento.

Art. 218. As instalações de caixas eletrônicos, portas especiais e rampas de acesso devem atender às necessidades dos clientes beneficiados pela presente Lei, da seguinte forma:

§ 1° Pessoa com deficiência física:

I - caixas eletrônicos com altura adequada para usuários de cadeira de rodas;

Assembleia Legislativa
74
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

II - equipamento mecânico, fixado nos caixas, para servir de apoio aos usuários de muletas ou congêneres;

III - rampas de acesso com inclinação adequada; e

IV - portas com largura e localização adequada para utilização de usuários de cadeira de rodas.

§ 2° Pessoa com deficiência visual:

I - caixas eletrônicos com teclado em Braile e com emissão de som identificador da operação realizada; e

II - portas adequadas e apropriadas para a utilização de pessoas com deficiência visual.

§ 3° Todos os equipamentos a que se refere este artigo podem ser implementados conforme o necessário ao bom atendimento dos clientes com deficiência.

Art. 219. As instituições que não cumprirem o disposto no art. 716 desta Lei estarão sujeitas à multa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Parágrafo único. Em caso de reincidência a multa será dobrada e assim sucessivamente.

CAPÍTULO II
DA PERMANÊNCIA E INGRESSO DE CÃES-GUIA E CÃES DE TERAPIA E ASSISTÊNCIA
Seção I
Do cão-guia

Art. 220. Toda pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia, bem como treinador ou acompanhante habilitado, poderá ingressar e permanecer em qualquer local público, meio de transporte ou estabelecimento comercial, industrial, de serviços ou de promoção, proteção e recuperação da saúde, desde que observadas as condições estabelecidas por esta Lei e seu regulamento.

Assembleia Legislativa
75
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 221. Todo cão-guia deve portar identificação e, sempre que solicitado, o seu condutor deve apresentar documento comprobatório do registro expedido pela Escola de Cães-Guia, acompanhado do atestado de sanidade do animal fornecido pelo órgão competente.

Art. 222. Atenta contra os direitos humanos quem impede qualquer pessoa conduzida por cão-guia de ter acesso a locais públicos, meios de transportes municipais, intermunicipais e interestaduais ou estabelecimentos aos quais outras pessoas têm direito ou permissão de acesso.

Art. 223. Os estabelecimentos, empresas ou órgãos que derem causa à discriminação serão punidos com pena de interdição até que cesse a discriminação, podendo cumular com pena de multa.

Parágrafo único. A pena de multa de que trata o **caput** deste artigo, será de 300 (trezentas) UPF's, e a mesma será aplicada em dobro em caso de reincidência.

Art. 224. É admitida a posse, guarda ou abrigo de cães-guia em zona urbana e em residências utilizadas por pessoas com deficiências, desde que tais ambientes sejam mantidos limpos e desinfetados.

Art. 225. Para os fins deste Capítulo entende-se por:

I - cão-guia: o animal portador de certificado de habilitação fornecido por uma escola filiada à Federação Internacional de Escolas de Cães-Guia e que esteja a serviço de uma pessoa com deficiência dependente inteiramente dele ou que se encontre em estágio de treinamento;

II - local público: é aquele aberto e utilizado pela sociedade, com acesso gratuito ou mediante pagamento de taxa de ingresso; e

III - estabelecimento: propriedade privada sujeita ao cumprimento das normas e posturas municipais.

Seção II
Cães de terapia e assistência

Assembleia Legislativa
Estado de Rondônia
76
Folha
C

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 226. Toda pessoa acompanhada de Cão de Terapia ou de Assistência, em trabalho ou em treinamento, poderá ingressar e permanecer em qualquer local público, meio de transporte, ou em qualquer estabelecimento comercial, industrial, de serviço, ou de promoção, proteção e recuperação da saúde, desde que observadas as condições impostas por esta Lei e sua regulamentação.

Parágrafo único. Entende-se por Cão de Terapia e de Assistência aquele treinado para auxiliar pessoas com deficiência ou com enfermidades, em suas rotinas, melhorando a sua qualidade de vida, proporcionando o acesso aos espaços públicos abertos ou fechados e também às propriedades privadas sujeitas ao cumprimento das normas e posturas municipais.

Art. 227. Todo Cão de Terapia e de Assistência portará identificação, atestando que é treinado ou está em treinamento, fornecido por entidade ou profissional competente, acompanhado do atestado de sanidade fornecido pelo órgão competente, ou médico veterinário, que deverá ser apresentado pelo seu condutor, sempre que solicitado.

Art. 228. Para usufruir do direito a que se refere o art. 225, o cão deverá portar colete ou coleira de identificação, informando se ele é de terapia, de assistência ou se está em treinamento.

§ 1° Nos locais que tiverem placas afixadas proibindo o aceso de animais, nas placas deverão contar que estão excetuados os casos de cães de terapia e assistência, sob pena de aplicação da multa constante no § 2° deste artigo;

§ 2° Constitui ato de discriminação qualquer tentativa voltada a impedir ou dificultar o gozo do direito previsto no art. 225 e seu descumprimento sujeitará ao infratos a multa de 10 (dez) UPF/RO, incidindo o dobro em cada reincidência, devendo o valor ser revertido para o Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, sem prejuízo de outras sanções cíveis, administrativas e penais, previstas em legislações vigentes.

§ 3° A fiscalização do disposto nesta Seção será realizada pelo Programa de Orientação, Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/RO e demais órgãos que integram o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor - SISDEC, conforme descritos no parágrafo único do art. 2° da Lei Complementar n°

Assembleia Legislativa
77
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

685, de 14 de novembro de 2012, no âmbito de suas competências e atribuições, que serão responsáveis pelas aplicações das sanções decorrentes das infrações, mediante procedimentos administrativos, resguardados o contraditório e a ampla defesa.

§4° É vedada a cobrança de valores, tarifas ou acréscimos vinculados, direta ou indiretamente, ao ingresso ou à presença de cão de terapia e assistência nos locais previstos no artigo 224, sujeitando ao infrator o pagamento da multa prevista no § 2°.

Art. 229. A pessoa que utiliza Cão de Terapia e de Assistência tem direito de manter pelo menos um cão em sua residência e de transitar com ele, seguro pela coleira, nas áreas e dependências comuns do respectivo condomínio, independentemente de restrições à presença de animais na convenção do condomínio ou do regimento interno.

CAPÍTULO III
CADEIRAS DE RODAS EM ESTABELECIMENTOS CENTRAIS DE COMPRAS E *SHOPPING CENTERS*
Seção I
Cadeiras de rodas

Art. 230. Os estabelecimentos centrais de compras e *shopping centers* devem fornecer, gratuitamente, cadeira de rodas para pessoas com deficiência.

Art. 231. A utilização de cadeira de rodas a que se refere o **caput** do art. 229 desta Lei é restrita à área do estabelecimento comercial, ao qual compete manter o equipamento em perfeita condição de uso.

Art. 232. Os estabelecimentos comerciais a que se refere o art. 229 desta Lei devem afixar em suas dependências interna e externa, em local de grande visibilidade, placas indicativas dos postos de retirada de cadeira de rodas.

Assembleia Legislativa
78
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 233. A inobservância do disposto nos artigos 229, 230 e 231 desta Lei sujeitará os estabelecimentos infratores à multa diária de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e o dobro, em caso de reincidência.

Seção II
Carinhos motorizados

Art. 234. Os *shoppings centers*, hiper e supermercados ficam obrigados a fornecer gratuitamente carrinhos motorizados às pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida, idosos, gestantes e outras limitações.

Art. 235. Deverão ser afixadas em local de grande visibilidade nas dependências, externa e interna dos *shoppings centers*, hiper e supermercados, placas indicativas dos postos de retirada dos carrinhos motorizados.

Parágrafo único. A inobservância do disposto nos artigos 233 e 234 desta Lei sujeitará os infratores a multa de 500 (quinhentas) Unidades Padrão Fiscal do estado de Rondônia - UPF/RO, que será aplicada em dobro em cada reincidência.

CAPÍTULO IV
DAS AUTOESCOLAS OU CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES EM ADAPTAREM VEÍCULOS PARA DEFICIENTES

Art. 236. As autoescolas ou centros de formação de condutores instaladas no âmbito do estado de Rondônia devem adaptar veículos destinados aos aprendizes com deficiência.

§ 1° As adaptações devem obedecer aos seguintes critérios:

I - as autoescolas que tiverem número de veículos para aprendizes inferior a 5 (cinco) estão isentas da obrigação da adaptação, devendo possuir, em comum, em seu município, pelo menos, 1 (um) veículo adaptado; e

Assembleia Legislativa
79
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

II - as autoescolas que tiverem o número de veículos para aprendizes superior a 5 (cinco) estão obrigadas a terem, no mínimo, 1 (um) veículo adaptado para pessoa com deficiência.

§ 2° Para efeito deste Capítulo, consideram-se veículos usados por aprendizes que almejam sua habilitação da categoria 'B".

Art. 237. A adaptação referida no **caput** do art. 235 desta Lei deve possibilitar a utilização dos veículos por pessoa com qualquer tipo de deficiência, desde que apta à prática de direção.

Art. 238. Nos casos em que os estabelecimentos mencionados no **caput** do artigo 235 desta Lei apresentem justificativas sobre a impossibilidade de realizar as adaptações, desde que devidamente comprovado por laudo técnico, fica estabelecida a permissão para que os alunos, que tenham algum tipo de deficiência, utilizem automóvel particular nos exames práticos para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) em todo o estado de Rondônia

CAPÍTULO V
DAS FARMÁCIAS E DROGARIAS MANTEREM LISTA DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS EM BRAILE

Art. 239. As farmácias e drogarias situadas no estado de Rondônia devem manter, à disposição do público, para consulta, lista de medicamentos genéricos em Braile.

Art. 240. O descumprimento do disposto no art. 238 desta Lei, sujeitará ao infrator, multa no valor correspondente a R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo único. Em caso de reincidência, a multa será cobrada em dobro.

CAPÍTULO VI
DO RECEBIMENTO DE FATURAS DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESTADUAIS NO SISTEMA BRAILE

Assembleia Legislativa
80
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 241. Fica assegurado às pessoas com deficiência visual o direito de receber os boletos de pagamento mensal dos serviços públicos estaduais de energia elétrica, água e gás confeccionados no sistema Braile.

§ 1° Para fins do cumprimento do disposto no **caput** deste artigo, as concessionárias e permissionárias devem divulgar permanentemente aos usuários, mediante meios próprios adequados à sua deficiência visual, a disponibilidade do serviço.

§ 2° Para o recebimento dos boletos de pagamento confeccionados em Braile, a pessoa com deficiência visual deverá efetuar a solicitação à empresa prestadora do serviço, que realizará o cadastramento.

§ 3° As empresas prestadoras dos serviços públicos referidos no **caput** deste artigo devem constituir cadastro específico dos clientes habilitados ao recebimento da conta impressa no sistema Braile.

Art. 242. O descumprimento do disposto no art. 240 desta Lei, ensejará multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

CAPÍTULO VII
DO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES

Art. 243. Fica instituído, nos âmbitos da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU e da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social de Rondônia – SEAS, o Sistema Estadual de Informações sobre deficiências, com a finalidade de criar e manter base de dados, reunir e difundir informações sobre a situação das pessoas com deficiência e fomentar a pesquisa e o estudo de todos os aspectos que afetem a vida dessas pessoas.

Parágrafo único. Serão produzidas, periodicamente, estatísticas e informações a respeito de deficiências, podendo esta atividade realizar-se conjuntamente com os censos nacionais, pesquisas nacionais, regionais e locais, em estreita colaboração com universidades, institutos de pesquisa e organizações para pessoas com deficiência.

Assembleia Legislativa
81
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

CAPÍTULO VIII
NA AQUISIÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS POPULARES

Art. 244. Fica autorizado o Poder Executivo a destinar, no mínimo, 10% (dez por cento) de todos os imóveis populares construídos por meio dos programas habitacionais promovidos pelo Governo do estado de Rondônia, como apartamentos, casas e lotes urbanizados, a pessoas com deficiências.

§ 1° Os benefícios dos programas a que se refere o **caput** deste artigo devem comprovar a deficiência por documentos médicos-periciais, de maneira a caracterizar a impossibilidade ou a diminuição da capacidade de trabalho do indivíduo.

§ 2° Quando a aplicação do percentual indicado no **caput** deste artigo resultar em número fracionado será considerado o número inteiro imediatamente posterior.

§ 3° Deverá constar, em campo apropriado do documento ou ficha de inscrição, declaração do candidato ou interessado na aquisição de que tem pessoa com deficiência sob sua dependência legal, secando, em caso positivo, os direitos deste capítulo.

§ 4° São condições para o exercício do direito de preferência mencionado no **caput** deste artigo:

I - ser pessoa com deficiência física permanente, comprovada por laudo médico oficial;

II - ser residente e domiciliado há pelo menos 3 (três) anos no município em que pretende adquirir unidade habitacional;

III - não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural; e

IV - enquadrar-se na população economicamente carente a qual se destina o programa.

Art. 245. Os imóveis a que se refere o art. 243 desta Lei serão adaptados às deficiências e haverá preferência às pessoas com deficiência mencionadas.

Assembleia Legislativa
87
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

§ 1° A prioridade de seleção entre os candidatos com deficiência observará ordem de inscrição, prevalecendo o estudo socioeconômico familiar realizado pela equipe técnica do órgão responsável pelo cadastramento.

§ 2º As adaptações previstas no **caput** devem levar em consideração a deficiência apresentada pelo interessado, averiguadas e dimensionadas no momento da sua inscrição, salvo se os imóveis forem destinados a famílias carentes, conforme estabelece o art. 249 desta Lei.

Art. 246. A política habitacional do Estado promoverá as seguintes ações para assegurar a acessibilidade:

I - definição de projetos e adoção de tipologias construtivas livres de barreiras arquitetônicas e urbanísticas;

II - no caso de edificação multifamiliar, execução das unidades habitacionais acessíveis no piso térreo, e acessíveis ou adaptáveis quando nos demais pisos;

III - execução das partes de uso comum, quando se tratar de edificação multifamiliar, conforme as normas técnicas de acessibilidade da ABNT; e

IV - elaboração de especificações técnicas de projeto que facilitem a instalação de elevador adaptado para uso das pessoas com deficiência.

Art. 247. Para exercer seu direito de preferência, o interessado deverá apresentar requerimento ao órgão público competente, por meio do qual manifestará, de forma inequívoca, sua vontade.

Art. 248. As despesas decorrentes da política habitacional estabelecida neste Capítulo correrão por conta de dotação já definida no orçamento para programas habitacionais do estado de Rondônia, conforme o artigo 4° da Lei n° 5.709, de 21 de dezembro de 2023.

Assembleia Legislativa
83
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 249. Os programas de construção de habitações populares financiados pelo Poder Público ou que contenham recursos orçamentários do Estado obedecerão ao disposto neste Capítulo.

Art. 250. Caso o número de pessoas selecionadas, com direito à reserva aludida no art. 243 desta Lei, não atinja o percentual de 10% (dez por cento), os imóveis remanescentes poderão ser destinados a pessoas idosas, com deficiências crônicas e, ainda, remanescendo moradias, poderão ser beneficiadas famílias carentes situadas à margem de qualquer atendimento, por intermédio de grupos sociais organizados.

Art. 251. As inscrições, cadastramentos, concessões e demais providências que gerarão o direito estabelecido neste Capítulo sujeitam os beneficiários ao cumprimento das condições e pré-requisitos disciplinados nas diretrizes da Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência.

TÍTULO IV
CAPÍTULO I
DO ACESSO AO TRANSPORTE

Art. 252. Fica assegurada o "Passe Livre" do transporte rodoviário intermunicipal para passageiros com deficiência, no âmbito do estado de Rondônia.

Art. 253. As empresas concessionárias de transporte coletivo de linha intermunicipais de características urbanas no estado de Rondônia obrigados a destinar, em todos os ônibus, a quantidade mínima de 4 (quatro) assentos, preferencialmente na primeira fila de poltronas visando facilitar o acesso, para ocupação e uso exclusivo de pessoas com deficiência.

Parágrafo único. As empresas devem sinalizar os referidos assentos para que sejam facilmente reconhecidos pelos usuários e situados de maneira que sejam acessíveis às pessoas com deficiência.

Art. 254. Para efeito desta Lei, considera-se:

I - sistema de transporte intermunicipal de passageiros: todo o sistema estadual de transporte, nas suas diversas modalidades, que visa a prestação de serviço público de transporte de passageiros de

Assembleia Legislativa
Folha 84
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

forma convencional, no âmbito estadual, geralmente entre dois ou mais municípios, a ser prestado direta ou indiretamente pelo Poder Público Estadual;

II - transporte coletivo urbano intermunicipal: serviço de transporte rodoviário de passageiros intermunicipal, coletivo e urbano, que transponha os limites de um município, geralmente através de veículo coletivo tipo urbano, com duas portas e roleta, cuja concessão, permissão ou autorização seja do Estado;

III - transporte aquaviário: serviço de transporte, aberto ao público, realizado nos rios, que operam linhas regulares, inclusive travessias, sob administração do Estado; e

IV - transportadora: a pessoa física ou jurídica que preste serviço de transporte rodoviário ou aquaviário de passageiros, mediante concessão, permissão ou autorização do Estado.

Art. 255. As pessoas com deficiência poderão acessar aos veículos pela porta de saída, caso não seja porta única.

Art. 256. O Estado, através de unidade ou entidade designada, fornecerá documento intitulado "Passe Livre" à pessoa com deficiência, comprovadamente carente e que preencha os requisitos estabelecidos nesta Lei e no regulamento próprio, para utilização de serviços de transporte intermunicipal de passageiros gratuitos.

§ 1° Para obtenção da autorização de viagem junto à empresa transportadora, o interessado deverá dirigir-se aos postos de venda da empresa, munido da sua carteira de passe livre até 3 (três) horas antes do embarque, devendo a empresa transportadora, quando ocorrer a indisponibilidade dos assentos para o horário pretendido, providenciar o atendimento ao beneficiário no próximo dia ou horário imediatamente disponível.

§ 2° A credencial do "Passe Livre" será expedida com a foto exigida e, terá validade de 5 (cinco) anos, a contar da data de expedição, e sua renovação dar-se-á por manifestação do interessado, encaminhada ao órgão responsável ou ao órgão ou entidade conveniada e detentora do processo.

Assembleia Legislativa
Folha 85
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

§ 3° O "Passe Livre" a que se refere o caput do artigo 255 desta Lei será concedido a um acompanhante, também denominado de beneficiário, sempre que constatada a sua necessidade para a locomoção do deficiente.

§ 4° Caso o deficiente necessite de acompanhamento, esta condição deverá ser mencionada e dita no atestado médico, e no ato da inscrição.

§ 5° A credencial do "Passe Livre" é intransferível e de uso pessoal do beneficiário.

Art. 257. A pessoa com deficiência física que, para se deslocar, utilizar qualquer meio de transporte fluvial, lacustre ou marítimo, como balsa, *ferry-boat*, canoa ou similar, de propriedade do Estado, dos Municípios ou ainda privado, mas que funcione por concessão e com fiscalização do Poder Público, gozará de 50% (cinquenta por cento) de abatimento no valor de seus passes.

Parágrafo único. Para fazer jus ao benefício, a que se refere o art. 255, o interessado comprovará, por meio de documento hábil, ser pessoa com deficiência e rendimento inferior a 2 (dois) salários mínimos, além de ter domicílio no estado de Rondônia.

Art. 258. As estações de ônibus e terminais rodoviários no âmbito do Estado de Rondônia disponibilizarão placas em braile e mapas táteis contendo informações e direcionamento acerca das linhas de ônibus e seus respectivos roteiros de viagens.

Parágrafo único. As placas em braile deverão:

I - atender aos requisitos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei Federal n° 13.146/2015;

II - cumprir os parâmetros estabelecidos na NBR 9050 com a escrita em braile, textos e pictogramas em relevo;

III - ser instalada numa faixa de alcance entre 1,20m (um metro e vinte) e 1,60 (um metro e sessenta) de altura; e

Assembleia Legislativa
86
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

IV - sempre ser instalada nos batentes ou paredes adjacentes, nunca diretamente nas portas.

Art. 259. As identificações pelas placas em braile, com nome de ruas e avenidas, devem também estar nas paradas de ônibus próximas de instituições de ensino que cuidem da educação e formação das pessoas com deficiência.

Art. 260. A infração ao disposto nesta Lei sujeitará os responsáveis:

I – no caso de servidor ou de chefia responsável pelo órgão, unidade ou empresa pública, às penalidades previstas na legislação especifica; e

II – no caso de transportadora, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) multa de 100 (cem) vezes o valor da passagem, podendo chegar a 1.000 (mil) vezes, no caso de reincidência; e

c) revogação unilateral da concessão, permissão ou autorização.

Parágrafo único. As penas de multa ou revogação unilateral da concessão serão aplicadas após o devido processo administrativo, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

Art. 261. O texto desta Lei será afixado, na sua íntegra, na entrada das repartições públicas, dos meios de transporte citados nesta Lei, bem como nas estações rodoviárias, bilheterias das empresas transportadoras, barcas e balsas.

CAPÍTULO II
DA ISENÇÃO DE IMPOSTOS NA AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEIS

Art. 262. Ficam isentos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), os automóveis de

Assembleia Legislativa
87
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a 2.000 cm³ (dois mil centímetros cúbicos), de no mínimo 4 (quatro) portas, inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão, quando adquiridos por pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, autistas e ostomizadas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal.

§ 1° As revendedoras e concessionárias de veículos instaladas em todo o território do estado de Rondônia ficam obrigadas a afixar em local de fácil visualização, cartazes informando aos consumidores sobre as isenções de impostos como IPI, ICMS e demais tributos garantidos por Lei às pessoas com deficiência ou equiparados.

§ 2° O cartaz ou placa deverá ter a medida mínima de 297x420mm (folha A3) com letra legível, contendo a seguinte informação: "Este estabelecimento respeita e cumpre a lei: o consumidor com deficiência ou equiparado, tem direito à isenção de tributos previstos em lei. Solicite ao vendedor".

§ 3° A inobservância do disposto nos §§ 1° e 2° do artigo 261 desta Lei sujeitará o infrator as sanções previstas nos artigos 56 a 60 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 -Código de Defesa do Consumidor.

§ 4° A fiscalização e aplicação serão realizadas pelos órgãos de proteção e defesa do consumidor.

Art. 263. Os automóveis de transporte de passageiros a que se refere o art. 261 deverão ser adquiridos diretamente pelas pessoas que tenham plena capacidade jurídica e, nos casos de interditos, por seus curadores.

Parágrafo único. Os curadores respondem solidariamente quanto ao imposto que deixar de ser pago em razão da isenção de que trata este Capítulo.

Art. 264. A isenção de ICMS de que trata o art. 261 somente poderá ser utilizada uma única vez, salvo se o veiculo houver sido adquirido há mais de 2 (dois) anos.

Assembleia Legislativa
88
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 265. A isenção será reconhecida pela Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN mediante prévia verificação de que o adquirente preenche todos os requisitos legais.

Art. 266. O imposto incidirá normalmente sobre quaisquer acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido.

Art. 267. A alienação do veículo adquirido com o benefício da isenção, antes de decorrido o prazo de 2 (dois) anos contados da data específica de sua aquisição, com destino a pessoas que não satisfaçam às condições e aos requisitos estabelecidos nesta Lei, acarretará a exigência do imposto incidente sobre o bem, acrescido de multa e juros de mora previstos na legislação para as hipóteses de fraude ou simulação, a contar da data da emissão da nota fiscal de compra.

Art. 268. Fica dispensada de autorização judicial a revenda de veículos novos ou usados de passageiros, ou veículos de uso misto adquiridos com isenção de IPI, ICMS e/ou IOF, pelos representantes legais da Pessoa com Deficiência, que não possui capacidade para os atos da vida civil, desde que o valor empregado na aquisição não provenha de sua renda ou patrimônio.

§ 1° A comprovação da utilização de valor não pertencente à pessoa com deficiência deverá ser feita no processo administrativo que autorize a respectiva isenção.

§ 2° Comprovada a origem não decorrente de renda/patrimônio da pessoa com deficiência a propriedade do veículo, na emissão do CRLV - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos, constará em nome do representante legal constante do respectivo Processo Administrativo, perante o Departamento Estadual de Trânsito e/ou Secretaria de Estado de Finanças, mantendo as restrições legais existentes em relação ao veículo.

CAPÍTULO III
DA GRATUIDADE EM ESTACIONAMENTOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES

Art. 269. Os estacionamentos, públicos e privados, e os fornecedores de serviços de manobra e guarda de veículos em geral, localizados no estado de Rondônia, devem conceder, aos veículos

Assembleia Legislativa
89
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

utilizados por pessoas com deficiência, período mínimo de gratuidade do pagamento de tarifa equivalente a 90 (noventa) minutos.

Art. 270. A infração a disposição no art. 268 desta Lei acarretará ao responsável infrator a imposição de pena de multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), que será dobrada em caso de reincidência.

CAPÍTULO IV
DO APOIO PSICOLÓGICO E DE ORIENTAÇÃO PARA PAIS BIOLÓGICOS OU ADOTIVOS

Art. 271. Fica instituído, no estado de Rondônia, o Programa de Apoio Psicológico e de Orientação para Pais Biológicos ou Adotivos de Crianças com Deficiência e, na ausência destes, para o responsável.

Art. 272. O Programa de que trata o art. 270 desta Lei tem por finalidade:

I - dar o apoio necessário aos pais ou ao familiar responsável quando do diagnóstico da síndrome ou deficiência, com as seguintes medidas:

a) atendimento psicológico no pós-parto quando já identificada a presença da síndrome ou deficiência;

b) esclarecimentos sobre a síndrome ou deficiência, bem como orientações necessárias sobre a condição da criança e suas especificidades; e

c) acompanhamento e registro da evolução das crianças em face dos tratamentos realizados, para futura fonte de pesquisa;

II - oferecer orientação técnica aos servidores das áreas da saúde e educação sobre as mais diferentes síndromes infantis e deficiências;

Assembleia Legislativa
90
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

III - divulgar informações gerais para as comunidades quanto às questões relativas à convivência e ao trato dos que tenham síndromes e deficiências, bem como sobre suas capacidades relacionadas ao ensino, ao trabalho e à prática de modalidades esportivas e artísticas, visando à inclusão social;

IV - implantar ações capazes de possibilitar a interação entre os profissionais da saúde, da educação e os familiares dos que tenham síndrome ou deficiência, com vistas à melhoria da qualidade de vida;

V - promover ações de esclarecimento e coibição de preconceitos relacionados àqueles com síndrome ou deficiência; e

VI - divulgar o Programa a que se refere o art. 270 desta Lei, por intermédio de propaganda em rádio e TV.

Art. 273. Na execução deste Programa, o Poder Público poderá implantar um sistema de cooperação entre os seus diversos setores, bem como firmar convênios e parcerias com entidades afins.

CAPÍTULO V
Da proteção à Pessoa com Deficiência
Seção I
Da Discriminação à Pessoa com Deficiência

Art. 274. É vedada no Estado qualquer forma de discriminação à pessoa com deficiência.

Parágrafo único. As empresas e estabelecimentos privados, de natureza comercial, industrial ou de prestação de serviço ficam obrigadas a incorporar a nomenclatura Pessoa com Deficiência – PcD, em substituição aos termos Pessoa Portadora de Deficiência – PPD ou Portador de Necessidades Especiais – PNE.

Art. 275. Constitui discriminação à pessoa com deficiência:

Assembleia Legislativa
91
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

I - impedir, dificultar, obstar ou recusar a livre locomoção em estabelecimentos da Administração Direta ou Indireta e das concessionárias de serviços públicos;

II - impedir, dificultar, obstar ou restringir o acesso às dependências de bares, restaurantes, hotéis, cinemas, teatros, clubes, centros comerciais e similares;

III - fazer exigências específicas para a obtenção ou manutenção do emprego;

IV - induzir ou incitar à prática de atos discriminatórios;

V - veicular pelos meios de comunicação de massa, mídia eletrônica ou publicação de qualquer natureza a discriminação ou o preconceito;

VI - praticar qualquer ato relacionado à condição pessoal que cause constrangimento;

VII - ofender a honra ou a integridade física.

§ 1° Incide nas discriminações previstas nos incisos I e II deste artigo a alegação da existência de barreiras arquitetônicas para negar, dificultar ou restringir atendimento ou serviço à pessoa protegida por esta lei.

§ 2° A ausência de atendimento preferencial à pessoa com deficiência é forma de prática discriminatória prevista nos incisos VI e VII deste artigo.

Art. 276. O descumprimento do disposto no artigo 273 acarretará ao infrator a pena de multa.

Parágrafo único - A multa a ser aplicada na primeira infração corresponderá ao valor monetário equivalente a 500 (quinhentas) Unidades Padrão Fiscal do Estado de Rondônia - UPFs.

Art. 277. O Poder Público Estadual desenvolverá ações de cunho educativo e de combate à discriminação relativa à pessoa com deficiência, nos serviços públicos e demais atividades exercidas

Assembleia Legislativa
92
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

no Estado, conforme o disposto no artigo 204, inciso I, da Constituição Federal e demais normas da legislação federal pertinente.

Seção II
Da Delegacia Eletrônica de Proteção às Pessoas com Deficiência

Art. 278. A Secretaria de Estado da Segurança, Defesa da Cidadania criará acesso no seu portal a Delegacia Eletrônica de Proteção às Pessoas com Deficiência e Idosos - DEPPDI, para apresentação de notícia de fato tipificado como crime contra pessoas com deficiência e idosos.

Parágrafo único. O acesso será nominado como DEPPDI - Delegacia Eletrônica de Proteção às Pessoas com Deficiência e Idosos e contará com atalhos nos portais eletrônicos da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

Art. 279. Por ocasião da apresentação da notícia do fato, o denunciante deverá preencher os campos do sistema, fornecendo seus dados pessoais.

Parágrafo único. Os dados pessoais serão confirmados para liberação de acesso ao portal, possibilitando ao denunciante a opção de se enquadrar como testemunha protegida, mantendo ou não seus dados em sigilo.

Art. 280. A notícia do fato deverá ser circunstanciada e deverá conter:

I - dados pessoais:

a) nome;

b) sobrenome;

c) estado civil;

d) endereço completo;

Assembleia Legislativa
93
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

e) documento de identificação; e

f) telefone.

II - campos para denúncia:

a) data do fato e hora aproximada;

b) endereço - nome da rua, número, município, ponto de referência do local do ato ou fato tipificado como crime;

c) nome ou apelido do responsável pelo ato ou fato tipificado como crime;

d) breve relato sobre a denúncia;

e) qualificação da vítima: pessoa com deficiência física, pessoa com deficiência mental ou idoso;

f) dispositivo para anexar fotos ou vídeos;

g) endereço da página da *internet*, caso o próprio autor do crime faça a divulgação do ato; e

h) modelo e placa de veículo envolvido no delito, quando for o caso.

Art. 281. A SESDEC comunicará ao interessado, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o registro da ocorrência e, quando for o caso, indicará a Delegacia de Polícia que promoverá a apuração do fato.

Seção IV
Das delegacias físicas

Art. 282. Fica determinada a afixação de cartaz informativo nas delegacias de policia físicas, alertando sobre o direito da pessoa com deficiência solicitar medidas protetivas de urgência.

Assembleia Legislativa
94
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Parágrafo único. O cartaz exigido no caput deve conter as seguintes especificações:

I - dimensões de um papel A-4;

II - fonte legível, não menor que "36";

III - estar em local visível ao público; e

IV - conter a seguinte frase: As medidas protetivas de urgência podem ser solicitadas por pessoa com deficiência, nos termos da Lei Federal nº 12.403, de 4 de maio de 2011, e do art. 313, III do Código de Processo Penal.

Art. 283. As bicicletas apreendidas por ato administrativo ou de polícia serão doadas, quando não forem reivindicadas por seus proprietários e após cumpridas as formalidades legais, às entidades que realizarem a transformação das mesmas em cadeiras de rodas e outros objetos.

§ 1° Entende-se como bicicleta o veículo com duas rodas presas a um quadro, movido pelo esforço do próprio usuário, através de pedais.

§ 2° Entende-se por não reivindicadas as bicicletas que permanecerem no pátio ou local indicado pela autoridade competente, por prazo superior a 90 (noventa) dias, sem que qualquer indivíduo demonstre a sua propriedade, sendo a propriedade comprovada mediante a apresentação de Boletim de Ocorrência ou Nota Fiscal do bem.

§ 3° É vedada a doação de bicicletas que sejam objeto de investigação criminal.

§ 4° É vedada a comercialização das bicicletas, bem como das respectivas peças e acessórios usados e recondicionados.

§ 5° O desmonte das bicicletas doadas deverá ser exclusivamente com o objetivo de transformá-las em cadeiras de rodas ou outros objetos.

Assembleia Legislativa
95
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

§ 6° As entidades beneficentes deverão realizar, em contrapartida, uma doação de 50% (cinquenta por cento) das cadeiras produzidas, com a matéria prima doada, para pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, que estejam necessitados de tal utensílio.

§ 7° É permitida a comercialização das cadeiras de rodas produzidas através de matéria prima doada pela Administração Pública, desde que atendido o disposto § 6° deste artigo.

Art. 284 As entidades beneficentes que receberem doações de bicicletas deverão comprovar a efetiva produção de cadeiras de rodas, sob pena de serem excluídas do rol de entidades beneficiadas.

Art. 285. Os órgãos responsáveis pela manutenção das bicicletas apreendidas através de ato administrativo ou de polícia serão responsáveis pelo cadastro das entidades interessadas nas doações.

Art. 286. Os órgãos responsáveis pela apreensão e guarda das bicicletas terão o prazo de 90 (noventa) dias para realizar as adequações necessárias para início das doações.

Seção V
Do Combate aos maus-tratos

Art. 287. A notificação compulsória de maus-tratos é obrigatória nos casos que envolvam pessoas com deficiência.

Art. 288. A notificação será emitida pelos órgãos públicos das áreas de saúde, educação e segurança pública; pelo médico, professor, responsável pelo estabelecimento de saúde, de ensino fundamental, pré-escola ou creche e delegacia de polícia.

Parágrafo único. Os profissionais de saúde da rede pública e privada no âmbito do estado de Rondônia, obrigados a notificar compulsoriamente, nos casos de maus tratos comprovados, suspeitos ou presumidos.

Art. 289. A notificação será encaminhada por intermédio dos responsáveis pelas unidades de educação, saúde e segurança pública ao Conselho Tutelar ou, na falta deste, à Vara da Infância e Juventude ou ao Ministério Público.

Assembleia Legislativa
96
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 290. É de responsabilidade da autoridade policial e dos órgãos de segurança pública, recebida a notícia do desaparecimento de pessoa de qualquer idade com deficiência física, mental ou sensorial, proceder à imediata busca e localização.

Seção VI
Do serviço de mensagens curtas

Art. 291. Fica o Poder Executivo autorizado a implantar o serviço de mensagens curtas (SMS) via celular, para comunicação com os serviços emergenciais 190 e 193, para atender pessoas com deficiência auditiva e deficiência da fala.

Art. 292. Após recebida a mensagem pelos serviços públicos de emergência, deverão estes proceder imediata resposta à solicitação, informando e orientando o comunicante através de mensagens curtas (SMS) para o numero que foi originado o chamado.

Parágrafo único. As pessoas com deficiência elencadas no artigo 287, deverão cadastrar os números de seus aparelhos de telefonia móvel junto às organizações da Polícia Militar e Bombeiros Militar.

Art. 293. As operadoras de telefonia móvel estarão obrigadas, após solicitação dos responsáveis pelos serviços públicos de emergência, encaminhar, as mensagens de texto de seus usuários destinadas ao respectivo serviço público de emergência.

Art. 294. Não será devido qualquer tipo de remuneração às prestadoras envolvidas nas chamadas ou nas mensagens destinadas aos serviços públicos de emergência.

Seção VII
Do Acesso aos Elevadores

Assembleia Legislativa
97
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 295. É vedada qualquer forma de discriminação à pessoa com deficiência no acesso aos elevadores de todos os edifícios públicos ou particulares, comerciais, industriais e residenciais multifamiliares existentes no Estado.

Parágrafo único. Os responsáveis legais pela administração dos edifícios citados no **caput** deste artigo ficam autorizados a regulamentar o acesso a esses imóveis, assim como a circulação dentro deles e o uso de suas áreas de uso comum e abertas ao uso público, por meio de regras gerais e impessoais não discriminatórias.

Art. 296. Fica estabelecido que, para maior conforto, segurança e igualdade entre os usuários, o elevador social é o meio normal de transporte de pessoas que utilizem as dependências dos edifícios, independentemente do estatuto pelo qual o fazem e desde que não estejam deslocando cargas, para as quais podem ser utilizados os elevadores especiais.

Art. 297. Para conferir efetividade e o conhecimento das disposições da presente seção, especialmente do teor do artigo 290, fica determinada a obrigatoriedade da colocação de avisos no interior dos edifícios.

§ 1º Os avisos de que trata o **caput** deste artigo devem configurar-se em forma de cartaz, placa ou plaqueta com os seguintes dizeres: "É vedada qualquer forma de discriminação em virtude de raça, sexo, cor, origem, condição social, idade, deficiência ou doença não contagiosa por contato social no acesso aos elevadores deste edifício".

§ 2° Fica o responsável pelo edifício, administrador ou síndico, conforme for o caso, obrigado a colocar na entrada do edifício e de forma bem visível, o aviso de que trata o **caput** deste artigo.

CAPÍTULO IX
Dia da Luta das Pessoas com Deficiência

Art. 298. Fica instituído, no calendário de eventos do Estado de Rondônia, o Dia Estadual de Luta das Pessoas com Deficiência.

Assembleia Legislativa
98
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 299. O Dia Estadual de Luta das Pessoas com Deficiência acontecerá no dia 21 de setembro de cada ano, seguindo referência à data escolhida em 1982 pelos movimentos sociais reunidos em encontro social, que marca mobilização em todo o território Nacional.

Art. 300. Os objetivos do Dia Estadual de Luta das Pessoas com Deficiência são:

I - conscientizar e incentivar a promoção de políticas públicas de proteção às pessoas com deficiência;

II - estimular a capacitação dos servidores públicos estaduais das áreas da Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Pública, para o acolhimento, atendimento humanizado e inclusão social para com estas pessoas;

III - promover campanhas de conscientização dentro das escolas envolvendo o corpo docente, discente, profissionais que atuam na escola e a comunidade escolar, objetivando trazer mais informações sobre respeitar, incluir e ajudar os alunos com deficiência no âmbito escolar;

IV - fomentar encontros, seminários, conferências e fóruns de debates com temas de relevância social tendo como foco central as pessoas com deficiência;

V - incentivar a realização de concursos, oficinas temáticas, cursos profissionalizantes e afins que promovam a pessoa com deficiência; e

VI - outras iniciativas que visem à promoção e valorização das pessoas com deficiência.

CAPÍTULO X
DO PRAZO DOS LAUDOS

Art. 301. A pessoa com deficiência poderá comprovar sua deficiência através dos laudos de profissionais liberais regularmente registrados nos seus respectivos conselhos de classe, de empresas privadas ou públicas, para qualquer origem ou finalidade de solicitação conforme a definição das deficiências:

Assembleia Legislativa
99
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

I - deficiência física: Médico Ortopedista ou Médico Neurologista ou Fisioterapeuta;

II - deficiência intelectual/mental: Médico Psiquiatra ou Psicólogo ou Terapeuta Ocupacional;

III - deficiência auditiva: Médico Otorrinolaringologista ou Fonoaudiólogo;

IV - deficiência visual: Médico Oftalmologista; e

V - deficiências múltiplas: Laudos de dois ou mais profissionais dentre Médico, Fisioterapeuta, Terapeuta Ocupacional, Psicólogo ou Fonoaudiólogo.

§ 1° Os servidores públicos do Estado de Rondônia poderão comprovar o grau de sua deficiência, em leve, moderada ou grave, por meio de avaliação biopsicossocial emitida por profissionais liberais regularmente registrados nos seus respectivos conselhos de classe, de empresas privadas ou públicas, sendo a avaliação médica e funcional composta obrigatoriamente por um médico e um assistente social ou por um médico e um psicólogo.

§ 2° O enquadramento do grau de deficiência deverá obedecer aos critérios e parâmetros de pontuação estabelecidos em regulamento, ficando vedada a descaracterização da deficiência por critérios de pontuação, quando a lei estadual reconhecer a deficiência como física, intelectual/mental, auditiva ou visual para todos os efeitos legais.

Art. 302. Para comprovação da deficiência, o profissional deve descrever a deficiência acompanhado da Classificação-Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID ou a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF.

CAPÍTULO XI
DA ISENÇÃO DE COBRANÇA DE TAXAS PARA SEGUNDA VIA

Assembleia Legislativa
100
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 303. Ficam isentas as pessoas com deficiência da cobrança de taxas de expedição de segunda via da Carteira de Identidade de Pessoa Com Deficiência, cuja atribuição de expedição do Instituto de Identificação Civil e Criminal do estado de Rondônia.

Art. 304. Para os efeitos deste Capítulo, consideram-se pessoas com deficiência aquelas descritas no artigo 4° e incisos desta Lei.

Art. 305. Para a expedição da segunda via da Carteira de Identidade de Pessoa com Deficiência, será exigido para expedição de 1ª via, conforme Lei Federal em vigor. No caso de ser o requerente pessoa com deficiência física, será também exigido a apresentação de Relatório Médico ou Laudo Médico com a indicação do código da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde – CID.

TÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 306. Esta Lei é a Consolidação das Leis que dispõem sobre os direitos das pessoas com deficiência, sendo regulamentada com base nos decretos das Leis consolidadas e mantidos os prazos estipulados.

Art. 307. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 308. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 309. Ficam revogadas as seguintes Leis:

I - Lei n° 5.763, de 19 de abril de 2024;

II – Lei n° 5.754, de 15 de abril de 2024;

III – Lei n° 5.599, de 25 de agosto de 2023;

Assembleia Legislativa
101
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

IV – Lei n° 5.578, de 25 de julho de 2023;

V - Lei n° 5.563, de 22 de junho de 2023;

VI – Lei n° 5.542, de 31 de março de 2023;

VII – Lei n° 5.541, 31 de março de 2023;

VIII – Lei n° 5.506, de 21 de dezembro de 2022;

IX – Lei n° 5.434, 26 de setembro de 2022;

X – Lei n° 5.430, de 26 de setembro de 2022;

XI – Lei n° 5.441, de 17 de outubro de 2022;

XII – Lei n° 5.344, de 12 de maio de 2022;

XIII – Lei n° 5.329, de 4 de abril de 2022;

XIV – Lei n° 5.315, de 21 de março de 2022;

XVI - Lei n° 5.298, de 12 de janeiro de 2022;

XVII – Lei n° 5.296, de 12 de janeiro de 2022;

XVIII – Lei n° 5.263, de 11 de janeiro de 2022;

XIX – Lei n° 5.258, de 11 de janeiro de 2022;

XX – Lei n° 5.140, de 8 de novembro de 2021;

Assembleia Legislativa
Estado de Rondônia
102
Folha
C

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

XXI – Lei n° 5077, de 29 de julho de 2021;

XXII – Lei n° 5.049, de 7 de julho de 2021;

XXIII – Lei n° 5.038, de 30 de junho de 2021;

XXIV – Lei n° 5.037, de 30 de junho de 2021;

XXV – Lei n° 5.032, de 24 de junho de 2021;

XXVI – Lei n° 4.991, de 20 de maio de 2021;

XXVII – Lei n° 4.947, de 11 de janeiro de 2021;

XXVIII – Lei n° 4.944, de 11 de janeiro de 2021;

XXIX – Lei n° 4.941, de 11 de janeiro de 2021;

XXX – Lei n° 4.909, de 8 de dezembro de 2020;

XXXI - Lei n° 4.907, de 8 de dezembro de 2020;

XXXII – Lei n° 4.768, de 20 de maio de 2020;

XXXIII – Lei n° 4.765, de 20 de maio de 2020;

XXXIV – Lei n° 4.607, de 8 de outubro de 2019;

XXXV – Lei n° 4.603, de 27 de setembro de 2019;

XXXVI – Lei n° 4.442, 19 de dezembro de 2018;

Assembleia Legislativa
103
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

XXXVII – Lei n° 4.423, de 6 de dezembro de 2018;

XXXVIII – Lei n° 4.400, de 19 de outubro de 2018;

XXIX – Lei n° 4.393, de 3 de outubro de 2018;

XL – Lei n° 4.338, de 27 de julho de 2018;

XLI – Lei n° 4.184, de 21 de novembro de 2017;

XLII – Lei n° 4.180, de 13 de novembro de 2017;

XLIII – Lei n° 4.011, de 28 de março de 2017;

XLIV – Lei n° 3.992, 13 de março de 2017;

XLV – Lei n° 3.950, de 19 de dezembro de 2016;

XLVI – Lei n° 3.599, de 23 julho de 2015;

XLVII – Lei n° 3.597, de 22 julho de 2015;

XLVIII – Lei n° 3.573, de 23 de junho de 2015;

XLIX – Lei n° 2.931, 19 de dezembro de 2012;

L - Lei n° 2.847, de 5 de setembro de 2012;

LI – Lei n° 2.639, de 28 de novembro de 2011;

LII – Lei n° 2.587, de 27 de outubro de 2011;

Assembleia Legislativa
104
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

LIII – Lei n° 2.533, de 26 de julho de 2011.

LIV- Lei n° 2.481, de 26 de maio de 2011;

LV – Lei n° 2.196, de 30 de novembro de 2009;

LVI – Lei n° 1.761, de 31 de julho de 2007;

LVII – Lei n° 1.580, 20 de janeiro 2006;

LVIII – Lei n° 1.395, de 16 de setembro de 2004;

LIX – Lei n° 1.307, 15 de janeiro de 2004;

LX – Lei n° 1.133, de 10 de dezembro de 2002;

LXI – Lei n° 1.127, de 26 de novembro de 2002;

LXII – Lei n° 977, de 4 de junho de 2001;

LXIII – Lei n° 856, de 16 de dezembro de 1999;

LXIX – Lei n° 515, de 04 de outubro de 1993.

Plenários das Deliberações, 26 de junho de 2026.

DELEGADO CAMARGO
DEPUTADO ESTADUAL – PODEMOS

Assembleia Legislativa
105
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

A consolidação das leis voltadas para as Pessoas com Deficiência (PCDs) no estado de Rondônia é uma medida essencial para facilitar o acesso e compreensão à legislação estadual vigente que assegura direitos a essa parcela da população rondoniense. Trata-se de medida que proporcionará a universalidade e acessibilidade, assegurando que as PCDs tenham acesso igualitário a serviços públicos, oportunidades de emprego, educação e demais direitos fundamentais promoção da inclusão social, os quais são cada vez mais necessários.

Além disto, a este Projeto de Lei visa harmonizar a legislação estadual com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Constituição Federal e pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, evitando conflitos e lacunas legais.

Outro fator extremamente importante é simplificação normativa, ou seja, a unificação das leis em um único corpo normativo simplifica o entendimento e a aplicação das normas, facilitando para que as PCDs e os órgãos responsáveis pela implementação das políticas públicas tenham clareza dos direitos e deveres.

À vista disso, a Lei Complementar Federal n° 95[1], de 26 de fevereiro de 1998, que "Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona", em seu CAPÍTULO III - DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS E OUTROS ATOS NORMATIVOS, traz em seu artigo 13, o seguinte texto:

> **Art. 13. As leis federais serão reunidas em** codificações **e consolidações, integradas por volumes contendo matérias conexas ou afins, constituindo em seu todo a Consolidação da Legislação Federal.** (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

1 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp95.htm

Assembleia Legislativa
106
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

§ 1° A consolidação consistirá na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas à consolidação, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados. (Inciso incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

§ 2° Preservando-se o conteúdo normativo original dos dispositivos consolidados, poderão ser feitas as seguintes alterações nos projetos de lei de consolidação: **(Inciso incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)**

I – introdução de novas divisões do texto legal base; (Inciso incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

II – diferente colocação e numeração dos artigos consolidados; (Inciso incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001

III – fusão de disposições repetitivas ou de valor normativo idêntico; (Inciso incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

IV – atualização da denominação de órgãos e entidades da administração pública; (Inciso incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

V – atualização de termos antiquados e modos de escrita ultrapassados; (Inciso incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

[...]

VII – eliminação de ambiguidades decorrentes do mau uso do vernáculo; (Inciso incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

[...]

X – indicação de dispositivos não recepcionados pela Constituição Federal; (Inciso incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

XI – declaração expressa de revogação de dispositivos implicitamente revogados por leis posteriores. (Inciso incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

Assembleia Legislativa
107
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Do mesmo modo, por simetria, no âmbito do estado de Rondônia temos a Lei Complementar n° 236[2], de 20 de dezembro de 2000, "Que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 37, da Constituição Estadual e estabelece normas para consolidação dos atos normativos que menciona.". Tal norma, em seu artigo 14 descreve que:

> **Art. 14. As leis estaduais serão reunidas** em codificações, **em coletâneas integradas por volumes contendo matérias conexas ou afins ou em ordem cronológica** obedecido o seguinte ordenamento:
>
> [...]
>
> **III – leis ordinárias**
>
> [...]

Ademais, esta proposta possui um relevante interesse público e disciplina questão afeta ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República brasileira, trazido no inciso III do artigo 1° da Carta de 1988[3]:

> Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e **tem como fundamentos**:
>
> [...]
>
> **III - a dignidade da pessoa humana;**
>
> [...]

Adentrando no ponto de vista técnico, jurídico e constitucional, o artigo 23, inciso II, da Constituição Brasileira de 1988[4], aponta que há competência comum da União, dos Estados, do

2 http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/LC236_compressed.pdf
3 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Assembleia Legislativa
Estado de Rondônia
108
Folha
C

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Distrito Federal e dos Municípios para legislar sobre cuidados da saúde e assistência pública, da proteção das pessoas com deficiência:

> Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
>
> [...]
>
> II - **cuidar da saúde e assistência pública**, da **proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência**;

O artigo 24, em seus incisos XII e XIV assegura a competência concorrente da União, aos Estados e ao Distrito Federal para legislar sobre:

> Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar **concorrentemente** sobre:
>
> [...]
>
> **XII** - previdência social, **proteção e defesa da saúde;** (Vide ADPF 672)
>
> XIV - proteção e integração social das **pessoas portadoras de deficiência**;

Por sua vez, a Constituição do estado de Rondônia, em seu artigo 39[5], *caput*, traz a seguinte redação:

> **Art. 39. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa**, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição. (NR dada pela EC nº 43, de 14/06/2006 – D.O.E. nº 562, de 25/07/2006)

Já o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa corrobora, ao tratar do tema em seu artigo 153[6], inciso III:

5 https://www.al.ro.leg.br/downloads/constituicao-do-estado-de-rondonia
6 https://www.al.ro.leg.br/downloads/regimento-interno

Assembleia Legislativa
109
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

Art. 153. A Assembleia exerce a sua função legislativa por **vias de projetos** de:

[...]

III - leis ordinárias;

Desta forma, este Projeto de Lei quanto à sua propositura, se encontra amparado pelas normas e artigos supramencionados, tendo em vista ser uma das funções típicas do Parlamentar após eleito para ser representante de todos e dar voz aos seus eleitores.

No quadro abaixo, há indicação das normas revogadas, por esta consolidação, as quais encontram-se estritamente relacionadas aos seus temas, em Títulos, Capítulos, Seções, Subseções, artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens.

QUADRO DE LEIS REVOGADAS			
	ANO	**LEI Nº**	**EMENTA**
1	2024	5763, de 19 de abril de 2024;	Dispõe sobre a violência institucional em decorrência do exercício de direitos das pessoas com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista - TEA, no âmbito do estado de Rondônia e dá outras providências.
2	2024	5754, de 15 de abril de 2024	Institui, no âmbito do estado de Rondônia, a carteira azul, objetivando facilitar a comunicação entre os agentes de segurança e o condutor com Transtorno do Espectro Autista - TEA.
3	2023	5599, 25 de agosto de 2023	Acrescenta o § 2° ao artigo 3° da Lei n° 1.307, de 15 de janeiro de 2004, que "Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, concede passe livre às pessoas idosas e portadoras de deficiência, no sistema de transporte coletivo intermunicipal, e dá outras providências" e revoga o § 1° do artigo 11 do Decreto n° 26.294, de 6 de agosto de 2021.

Assembleia Legislativa
110
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

4	2023	5578, de 25 de julho de 2023	Dispõe sobre a incorporação da nomenclatura Pessoa com Deficiência - PCD por empresas e estabelecimentos privados, no âmbito do estado de Rondônia.
5	2023	5563, de 22 de junho de 2023	Dispõe sobre a isenção de pagamento da taxa de inscrição para pessoas com deficiência em eventos esportivos
6	2023	5542, de 31 de março de 2023	Dispõe sobre a consideração do indivíduo diagnosticado com audição unilateral como pessoa com deficiência, para os fins de ingresso na reserva percentual de vagas para o provimento de cargos e empregos públicos, e dá outras providências
7	2023	5541, 31 de março de 2023	Reconhece as pessoas com fibromialgia como pessoas com deficiência no âmbito do estado de Rondônia.
8	2022	5506, e 21 de dezembro de 2022	Institui a política estadual de orientação sobre a síndrome de *down* e a semana estadual de conscientização sobre a síndrome de *down* no âmbito do estado de Rondônia.
9	2022	5434, 26 de setembro de 2022	Dispõe sobre a implementação de projeto especifico de apoio e assistência às pessoas submetidas a transplantes de qualquer natureza.
10	2022	5430, de 26 de setembro de 2022	Dispõe sobre a inclusão e reserva de vagas na rede pública e privada de educação para crianças e adolescentes com transtorno de espectro autista e dá outras providências.
11	2022	5441, de 17 de outubro de 2022	Dispõe sobre a isenção de cobrança de taxas para expedição de segunda via da carteira de identidade de pessoa com deficiência, no âmbito do estado de Rondônia e determina outras

Assembleia Legislativa
111
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

12	2022	5344, de 12 de maio de 2022	Dispõe sobre a normatização de escala de serviços dos policiais militares responsáveis por pessoas com deficiência que requeiram atenção permanente e dá outras providências
13	2022	5329, de 4 de abril de 2022	Dispõe sobre a doação de bicicletas apreendidas por ato administrativo ou de polícia, para instituições beneficentes que a transformem em cadeiras de rodas e outros objetos.
14	2022	5315, de 21 de março de 2022	Dispõe sobre a comprovação de deficiências através de laudos de profissionais liberais registrados nos seus respectivos conselhos de classe, no âmbito do estado de Rondônia, e dá outras providências.
15	2022	5298, de 12 de janeiro de 2022	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos clubes, parques aquáticos e afins determinarem medidas para assegurar o acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais e usuárias de cadeiras de rodas nas piscinas e dependências e dá outras providências.
16	2022	5296, de 12 de janeiro de 2022	Dispõe sobre a destinação de carteiras em locais determinados aos estudantes com transtorno do espectro do autismo - TEA nas escolas do estado de Rondônia.
17	2022	5263, de 11 de janeiro de 2022	Estabelece a obrigatoriedade da oferta, em parques públicos do estado de Rondônia, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida.

Assembleia Legislativa
112
Folha
C
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

18	2022	5258, de 11 de janeiro de 2022	Determina a afixação de cartaz informativo nas delegacias de polícia, alertando sobre o direito da mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou portador de deficiência de solicitar medidas protetivas de urgência
19	2021	5140, de 8 de novembro de 2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade da emissão de diplomas em braile para os alunos portadores de deficiência visual, por parte das instituições públicas e privadas de ensino fundamental, médio e de ensino superior em atuação no estado de Rondônia.
20	2021	5077, de 29 de julho de 2021	Dispõe sobre o prazo de validade do laudo médico-pericial que atesta transtorno do espectro do autismo - TEA, para fins que especifica.
21	2021	5049, de 7 de julho de 2021	Dispõe sobre o oferecimento na rede pública de saúde do estado de Rondônia de exames e avaliação para diagnóstico precoce do autismo, tratamento para os portadores do transtorno e apoio aos familiares dos pacientes com autismo
22	2021	5038, de 30 de junho de 2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placas em braile indicativas do sentido de funcionamento de esteiras ou escadas rolantes nos estabelecimentos privados e públicos do estado de Rondônia.
23	2021	5037, de 30 de junho de 2021	Proíbe a cobrança de valores adicionais, sobretaxas para matrícula ou mensalidade, de estudantes portadores de necessidades especiais e dá outras providências
24	2022	5032, de 24 de junho de 2021	Dispõe sobre o ingresso e permanência de cães de terapia e assistência, utilizados em intervenções assistidas com animais, em locais públicos e privados e dá outras providências.

Assembleia Legislativa
113
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

25	2021	4991, de 20 de maio de 2021	Dispõe sobre o prazo de validade do laudo médico pericial que atesta o transtorno do espectro autista - TEA
26	2021	4947, de 11 de janeiro de 2021	Autoriza o poder executivo a instituir o programa de apoio às pessoas com doença de Alzheimer e outras demências e aos seus familiares, no âmbito do estado de Rondônia.
27	2021	4944, de 11 de janeiro de 2021	Institui, no calendário de eventos do estado de Rondônia, o dia estadual de luta das pessoas com deficiência.
28	2021	4941, de 11 de janeiro de 2021;	Dispõe sobre a instalação de placas em braile nas paradas de ônibus e seu roteiro de viagens nos terminais e rodoviárias do estado de Rondônia,
29	2020	4909, de 8 de dezembro de 2020	Dispõe sobre a realização de sessões de cinema adaptadas para pessoas com transtorno do espectro autista e suas famílias, no âmbito do estado de Rondônia.
30	2020	4907, de 8 de dezembro de 2020	Determina aos profissionais de saúde da rede hospitalar pública e privada do estado de Rondônia a notificar, compulsoriamente, os casos de maus tratos praticados contra crianças, adolescentes e aos menores de 18 anos, portadores de deficiência física e deficiência mental.
31	2020	4768, de 20 de maio de 2020	Determina o atendimento prioritário aos portadores de doenças raras na rede de saúde pública e privada do estado de Rondônia e dá outras providências.
32	2020	4765, de 20 de maio de 2020	Dispõe sobre a prática de educação física adaptada aos alunos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida no âmbito das escolas públicas do estado de Rondônia e adota outras providências.
33	2019	4607, de 8 de outubro de 2019;	Reconhece as pessoas com doenças renais crônicas como pessoas com deficiência para todos os fins de direito, no âmbito do estado de Rondônia e dá outras providências.

Assembleia Legislativa
Estado de Rondônia
114
Folha
C

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

34	2019	4603, de 27 de setembro de 2019	Dispõe sobre a realização, em crianças, de exame destinado a detectar deficiência auditiva, e dá outras providências.
35	2018	4442, 19 de dezembro de 2018	Institui a carteira de identificação do autista (CIA), no âmbito do estado de Rondônia.
36	2018	4423, de 6 de dezembro de 2018	Institui o dia dos surdos no estado de Rondônia
37	2018	4400, de 19 de outubro de 2018	Dispõe sobre a colocação de banheiros químicos adaptados às necessidades de portadores de necessidades especiais nos eventos realizados no estado de Rondônia.
38	2018	4393, de 3 de outubro de 2018	Dispõe sobre a permissão para os deficientes físicos utilizarem o seu automóvel adaptado, para prestarem a prova prática exigida pelo DETRAN/RO, na obtenção da CNH e dá outras providências.
39	2018	4338, de 27 de julho de 2018;	Torna obrigatório aos hospitais públicos e privados a procederem o registro e a comunicação imediata do nascimento de recém-nascidos com síndrome de *down* às instituições, entidades e associações especializadas que desenvolvem atividades com pessoas com essa anomalia genética no estado.
40	2017	4184, de 21 de novembro de 2017	Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão do símbolo do transtorno do espectro do autista nas placas ou avisos de atendimento prioritário e dá outras providências.
41	2017	4180, de 13 de novembro de 2017;	Dispõe sobre a afixação de cartaz em revendedoras e concessionárias de automóveis informando sobre isenções tributárias especificas, concedidas às pessoas com deficiência e adota outras providências.

Assembleia Legislativa
115
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

42	2017	4011, de 28 de março de 2017	Dispõe sobre a criação da delegacia eletrônica de proteção às pessoas com deficiência e idosos - DEPPDI, e dá outras providências.
43	2017	3992, 13 de março de 2017	Garante matrícula para o aluno portador de mobilidade reduzida permanente em escola estadual mais próxima a de sua residência.
44	2016	3950, de 19 de dezembro de 2016;	Fica o poder executivo autorizado a implantar o serviço de mensagens curtas (sms)via celular, para comunicação com os serviços emergenciais 190 e 193, para atender aos portadores de deficiência auditiva e deficiência da fala.
45	2015	3599, 23 julho de 2015	Dispõe sobre obrigatoriedade de shopping centers, hiper e supermercados em fornecer carrinhos motorizados aos portadores de mobilidade reduzida, idosos, gestantes e pessoas com limitação, e dá outras providências.
46	2015	3597, de 22 julho de 2015;	Institui a semana estadual de estudo e conscientização sobre o autismo no estado de Rondônia.
47	2015	3573, de 23 de junho de 2015	Dispõe sobre o ingresso e permanência de cães-guia nos locais que especifica.
48	2012	2931, 19 de dezembro de 2012	Assegura a criança portadora de necessidade especial, matrícula na escola mais próxima de sua residência.
49	2012	2847, de 5 de setembro de 2012;	Institui o sistema estadual de assistência a pessoa autista.
50	2011	2639, de 28 de novembro de 2011	Institui a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial.

Assembleia Legislativa
116
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

51	2011	2587, de 27 de outubro de 2011	Dispõe sobre a obrigatoriedade da rede de hospedagem, manter unidade habitacional para pessoa portadora de necessidade especial.
52	2011	2533, de 26 de julho de 2011	Dispõe sobre a obrigação dos órgãos públicos do estado, a colocarem em suas entradas painel informativo em braile, para facilitar o acesso dos portadores de deficiência visual.
53	2011	2481, 26 de maio de 2011	Dispõe e classifica a visão monocular como deficiência visual.
54	2009	2196, de 30 de novembro de 2009	Institui o estatuto do portador de necessidades especiais nos limites territoriais do estado de Rondônia.
55	2007	1761, de 13 de julho 2007	Assegura a deficiente físico prioridade de vaga em escola pública próxima da residência, conforme especifica.
56	2006	1580, 20 de janeiro 2006	Institui no estado de Rondônia a meia-entrada para os deficientes físicos em estabelecimentos culturais e de lazer, e dá outras providências.
57	2004	1395, de 16 de setembro de 2004	Dispensa aos deficientes auditivos atendimento especial mediante linguagem brasileira de sinais - libras, nas repartições públicas estaduais.
58	2004	1307, de 15 de janeiro 2004;	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, concede passe livre às pessoas idosas e portadores de deficiência, no sistema de transporte coletivo intermunicipal, e dá outras providências.
59	2002	1133, de 10 de dezembro de 2002;	Dispõe sobre o atendimento prioritário às pessoas que menciona e dá outras providências
60	2002	1127, de 26 de novembro de 2002	Dispõe sobre a obrigatoriedade do oferecimento, pelo estado, de cadeiras de rodas e aparelhos auditivos ao grupo que especifica

Assembleia Legislativa
117
Folha
Estado de Rondônia

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP.DELEGADO CAMARGO - PODEMOS

61	2001	977, de 4 de junho de 2001	Dispõe sobre matrícula escolar para aluno portador de deficiência locomotora e assegura adequação de espaços físicos.
62	1999	856, de 16 de dezembro de 1999	Dispõe sobre vagas para deficientes físicos em creches estaduais.
63	1993	515, de 04 de outubro de 1993.	Dispõe sobre a reserva de percentual de vagas destinadas às pessoas portadoras de deficiências.

Ademais, os artigos que definiam prazos para a conformidade com as leis foram revogados, pois eram considerados dispositivos transitórios e já não possuem validade no contexto das leis consolidadas.

Ao colacionar os prazos previstos para a adequação às leis e os anos em que foram estabelecidos, verifica-se que tais prazos estão vencidos. Portanto, esses dispositivos são vistos como sem eficácia atual. Em termos simples, são prazos cuja capacidade de gerar efeitos já se encerrou ou, após terem sido atendidas as exigências que impunham, perdem sua força, ficando sem efeito e se tornando desnecessária sua reprodução.

Diante dos argumentos e fundamentos acima trazidos, peço o apoio dos Nobres pares na tramitação e para a aprovação desta importante propositura.